

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	17
DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	21.787
Preferenciais	0
Total	21.787
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.494.242	2.869.304
1.01	Ativo Circulante	788.717	967.675
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.437	48.606
1.01.03	Contas a Receber	128.228	24.662
1.01.03.01	Clientes	89.310	18.985
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	38.918	5.677
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	24.771	0
1.01.03.02.02	Outras Contas a receber	14.147	5.677
1.01.04	Estoques	323.728	608.415
1.01.05	Ativos Biológicos	275.195	209.843
1.01.06	Tributos a Recuperar	32.737	28.555
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	32.737	28.555
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.674	6.136
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.718	41.458
1.01.08.03	Outros	16.718	41.458
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	12.277	17.223
1.01.08.03.02	Outros ativos	4.441	24.235
1.02	Ativo Não Circulante	1.705.525	1.901.629
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	302.379	305.894
1.02.01.04	Contas a Receber	692	13.026
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	692	13.026
1.02.01.07	Tributos Diferidos	250.199	241.525
1.02.01.07.01	Tributos Diferidos	250.199	241.525
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	51.488	51.343
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	29.597	29.604
1.02.01.10.04	Partes relacionadas	453	442
1.02.01.10.05	Outros ativos	15.286	15.283
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	6.152	6.014
1.02.02	Investimentos	958.736	1.138.096
1.02.02.01	Participações Societárias	955.204	1.124.598
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	955.204	1.124.598
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	3.532	13.498
1.02.03	Imobilizado	443.547	456.210
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	123.023	164.853
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	320.524	291.357
1.02.04	Intangível	863	1.429
1.02.04.01	Intangíveis	863	1.429
1.02.04.01.02	Intangível	863	1.429

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.494.242	2.869.304
2.01	Passivo Circulante	1.503.628	1.098.688
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.600	7.936
2.01.02	Fornecedores	319.666	290.436
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.911	7.937
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.911	7.937
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	951.451	482.035
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	951.451	482.035
2.01.05	Outras Obrigações	202.000	310.344
2.01.05.02	Outros	202.000	310.344
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	72.030	189.020
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	53.477	57.334
2.01.05.02.06	Tributos Parcelados	6.269	6.214
2.01.05.02.08	Títulos a pagar	7.109	5.387
2.01.05.02.10	Arrendamentos de serviços a pagar	63.115	52.389
2.02	Passivo Não Circulante	301.647	985.890
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	615.900
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	615.900
2.02.02	Outras Obrigações	271.839	339.242
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	55.237
2.02.02.02	Outros	271.839	284.005
2.02.02.02.06	Tributos Parcelados	8.127	9.629
2.02.02.02.10	Títulos a pagar	1.506	1.053
2.02.02.02.11	Arrendamentos a pagar	262.206	273.323
2.02.04	Provisões	29.808	30.748
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.784	28.724
2.02.04.01.06	Provisão para Contingências	27.784	28.724
2.02.04.02	Outras Provisões	2.024	2.024
2.02.04.02.04	Provisões para Perdas em Investimento	2.024	2.024
2.03	Patrimônio Líquido	688.967	784.726
2.03.01	Capital Social Realizado	2.759.754	2.759.721
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.888.470	-1.850.188
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-182.317	-124.807

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	589.587	464.429
3.01.01	Receita líquida de vendas	408.776	348.979
3.01.02	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas	180.811	115.450
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-513.531	-375.779
3.02.01	Custos dos Produtos Vendidos	-286.997	-259.702
3.02.02	Realização do valor justo dos ativos biológicos	-226.534	-116.077
3.03	Resultado Bruto	76.056	88.650
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	10.352	22.714
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.011	-14.041
3.04.02.01	Gerais e Administrativas e Incluindo Armazenagem	-19.011	-14.041
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	5.965	3.586
3.04.05.01	Provisão para perdas de investimentos	0	-3
3.04.05.03	Outras receitas (despesas), líquidas	5.965	3.589
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.398	33.169
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	86.408	111.364
3.06	Resultado Financeiro	-133.364	-103.440
3.06.01	Receitas Financeiras	5.240	2.721
3.06.02	Despesas Financeiras	-138.604	-106.161
3.06.02.01	Despesas financeiras	-46.266	-29.921
3.06.02.02	Variações cambiais, líquidas	-43.784	-70.375
3.06.02.03	Perdas com derivativos, líquidos	-48.554	-5.865
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-46.956	7.924
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.674	3.840
3.08.02	Diferido	8.674	3.840
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-38.282	11.764
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-38.282	11.764

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-38.282	11.764
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-57.510	-169.839
4.02.01	Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como hedge accounting	-57.510	-169.839
4.03	Resultado Abrangente do Período	-95.792	-158.075

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	98.644	13.184
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	138.426	-9.275
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-46.956	7.924
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.398	-33.169
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	37.107	22.962
6.01.01.04	Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	-1.727	2
6.01.01.05	Provisão das perdas estimadas em estoques	-690	-1.083
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	75.676	-14.221
6.01.01.09	Provisão para demandas judiciais	1.094	3.355
6.01.01.10	Provisão para perdas em investimentos	0	3
6.01.01.11	Realização do valor justo dos ativos biológicos	226.534	116.077
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	6.005	1.677
6.01.01.13	Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-180.811	-115.450
6.01.01.18	Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	-2.962	-3.218
6.01.01.19	Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	48.554	5.866
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.124	36.409
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-117.674	-60.402
6.01.02.02	Estoques	240.161	36.742
6.01.02.03	Ativos Biológicos	-150.701	-7.097
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-8.911	-5.258
6.01.02.05	Títulos a receber	46.134	-1.086
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	38	47
6.01.02.08	Despesas Antecipadas	462	-3.778
6.01.02.09	Pagamentos de demandas judiciais	-2.210	-844
6.01.02.10	Outros Ativos	19.791	1.908
6.01.02.11	Fornecedores	8.305	202.212
6.01.02.12	Adiantamento de Clientes	-116.990	-161.100
6.01.02.13	Salários e contribuições sociais	7.663	972
6.01.02.15	Tributos a recolher	11.710	10.621
6.01.02.17	Títulos a pagar	2.175	16.030
6.01.02.18	Propriedade para Investimentos	9.763	0
6.01.02.20	Arrendamentos a pagar	35.160	7.442
6.01.03	Outros	-24.658	-13.950
6.01.03.02	Juros pagos	-6.924	-2.312
6.01.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	-17.734	-11.638
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.337	-5.585
6.02.02	Recebimento pela venda de ativo imobilizado	4.608	3.427
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-812	-8.970
6.02.06	Aquisição de intangível	541	-42
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-145.150	-33.062
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	2.116	22.733
6.03.02	Aumento de Capital	33	218

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.03.05	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-92.441	-54.783
6.03.08	Recebimento de partes relacionadas, líquidos	-5.254	7.435
6.03.10	Instrumentos financeiros derivativos pagos - Swap	-29.731	0
6.03.11	Pagamentos de passivos de arrendamentos	-18.318	-7.187
6.03.12	Pagamentos de custos de captação	-108	0
6.03.13	Adesão tributos parcelados	131	0
6.03.14	Pagamento tributos parcelados	-1.578	-1.478
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-42.169	-25.463
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	48.606	49.931
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.437	24.468

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.780.572	-20.851	0	-1.850.188	-124.807	784.726
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.780.572	-20.851	0	-1.850.188	-124.807	784.726
5.04	Transações de Capital com os Sócios	33	0	0	0	0	33
5.04.08	Conversão de ações - Bônus de Subscrição	33	0	0	0	0	33
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-38.282	-57.510	-95.792
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-38.282	0	-38.282
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-57.510	-57.510
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-57.510	-57.510
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	2.780.605	-20.851	0	-1.888.470	-182.317	688.967

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.778.695	-20.851	0	-1.793.340	-21.485	943.019
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.778.695	-20.851	0	-1.793.340	-21.485	943.019
5.04	Transações de Capital com os Sócios	218	0	0	0	0	218
5.04.08	Conversão de ações - Bônus de Subscrição	218	0	0	0	0	218
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.764	-169.839	-158.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.764	0	11.764
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-169.839	-169.839
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-169.839	-169.839
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.778.913	-20.851	0	-1.781.576	-191.324	785.162

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	596.332	483.751
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	424.152	363.179
7.01.02	Outras Receitas	172.180	120.572
7.01.02.01	Outras Receitas	-8.074	1.917
7.01.02.02	Abatimento e devolução de Vendas	-3.519	-13
7.01.02.03	Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	180.811	115.450
7.01.02.04	Reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis	2.962	3.218
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-460.432	-346.910
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-60.231	-74.149
7.02.04	Outros	-400.201	-272.761
7.02.04.01	Matérias-primas consumidas	-181.519	-150.644
7.02.04.02	Realização do valor justo dos ativos biológicos	-226.534	-116.077
7.02.04.05	Perdas estimadas em estoques	690	1.083
7.02.04.06	Outras despesas	7.162	-7.123
7.03	Valor Adicionado Bruto	135.900	136.841
7.04	Retenções	-37.107	-22.962
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-37.107	-22.962
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	98.793	113.879
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	119.341	74.477
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.398	33.169
7.06.02	Receitas Financeiras	95.943	41.311
7.06.03	Outros	0	-3
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	218.134	188.356
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	218.134	188.356
7.08.01	Pessoal	26.695	24.534
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.519	21.995
7.08.01.02	Benefícios	703	834
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.473	1.705
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.817	11.300
7.08.02.01	Federais	-3.942	2.678
7.08.02.02	Estaduais	8.639	8.495
7.08.02.03	Municipais	120	127
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	224.904	140.758
7.08.03.01	Juros	224.870	140.676
7.08.03.02	Aluguéis	34	29
7.08.03.03	Outras	0	53
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-38.282	11.764
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-38.282	11.764

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.731.206	2.909.605
1.01	Ativo Circulante	812.754	1.010.744
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.253	82.804
1.01.03	Contas a Receber	108.333	25.065
1.01.03.01	Clientes	93.788	18.990
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.545	6.075
1.01.04	Estoques	359.002	610.230
1.01.05	Ativos Biológicos	275.195	209.843
1.01.06	Tributos a Recuperar	39.506	35.118
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.730	6.207
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.735	41.477
1.01.08.03	Outros	16.735	41.477
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	12.277	17.223
1.01.08.03.02	Outros ativos	4.458	24.254
1.02	Ativo Não Circulante	1.918.452	1.898.861
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	327.127	330.653
1.02.01.04	Contas a Receber	692	13.026
1.02.01.04.02	Titulos a Receber	692	13.026
1.02.01.07	Tributos Diferidos	250.199	241.525
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	76.236	76.102
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	54.779	54.786
1.02.01.10.05	Outros ativos	15.286	15.283
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	6.171	6.033
1.02.02	Investimentos	13.294	13.498
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	13.294	13.498
1.02.03	Imobilizado	1.300.953	1.277.797
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	980.429	986.440
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	320.524	291.357
1.02.04	Intangível	277.078	276.913

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.731.206	2.909.605
2.01	Passivo Circulante	1.636.533	1.101.747
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.614	7.947
2.01.02	Fornecedores	319.764	290.452
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.757	9.786
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.079.829	482.035
2.01.05	Outras Obrigações	203.569	311.527
2.01.05.02	Outros	203.569	311.527
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	72.030	189.020
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	53.477	57.334
2.01.05.02.06	Tributos Parcelados	6.606	7.369
2.01.05.02.08	Títulos a pagar	8.341	5.415
2.01.05.02.10	Arrendamentos a pagar	63.115	52.389
2.02	Passivo Não Circulante	405.706	1.023.132
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	615.900
2.02.02	Outras Obrigações	272.706	286.914
2.02.02.02	Outros	272.706	286.914
2.02.02.02.06	Tributos Parcelados	8.580	12.124
2.02.02.02.10	Títulos a pagar	1.920	1.467
2.02.02.02.11	Arrendamentos a pagar	262.206	273.323
2.02.03	Tributos Diferidos	104.910	91.295
2.02.04	Provisões	28.090	29.023
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.090	29.023
2.02.04.01.06	Provisão para Contingências	28.090	29.023
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	688.967	784.726
2.03.01	Capital Social Realizado	2.759.754	2.759.721
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.888.470	-1.850.188
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-182.317	-124.807

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	623.279	507.944
3.01.01	Receita líquida de vendas	408.776	350.764
3.01.02	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas	214.503	157.180
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-509.096	-375.819
3.02.01	Custos dos Produtos Vendidos	-282.562	-259.742
3.02.02	Realização do valor justo dos ativos biológicos	-226.534	-116.077
3.03	Resultado Bruto	114.183	132.125
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.396	-9.259
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.662	-14.613
3.04.02.01	Gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-19.662	-14.613
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	8.266	5.354
3.04.05.03	Outras receitas (despesas), líquidas	8.266	5.354
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	102.787	122.866
3.06	Resultado Financeiro	-136.128	-97.855
3.06.01	Receitas Financeiras	5.254	3.556
3.06.02	Despesas Financeiras	-141.382	-101.411
3.06.02.01	Despesas financeiras	-47.164	-25.171
3.06.02.02	Variações cambiais, líquidas	-45.664	-70.375
3.06.02.03	Derivativos, líquidos	-48.554	-5.865
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-33.341	25.011
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.941	-13.247
3.08.02	Diferido	-4.941	-13.247
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-38.282	11.764
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-38.282	11.764
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-38.282	11.764
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,7576	0,5432

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-38.282	11.764
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-57.510	-169.839
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-95.792	-158.075
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-95.792	-158.075

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	93.836	20.252
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	142.323	-250
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-33.341	25.011
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	37.524	23.254
6.01.01.04	Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	-1.699	2
6.01.01.05	Provisão das perdas estimadas em estoques	-690	-1.083
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	78.556	-14.208
6.01.01.09	Provisão para demandas judiciais	-1.677	3.365
6.01.01.11	Realização do Valor Justo dos ativos biológicos	226.534	116.077
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos financeiros	6.005	1.677
6.01.01.13	Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-214.503	-157.180
6.01.01.18	Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	-2.940	-3.031
6.01.01.19	Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	48.554	5.866
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-22.364	34.452
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-122.169	-60.627
6.01.02.02	Estoques	240.931	31.852
6.01.02.03	Ativos Biológicos	-150.701	-7.097
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-9.605	-6.162
6.01.02.05	Títulos a Receber	50.284	1.104
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	38	47
6.01.02.08	Despesas antecipadas	477	-3.763
6.01.02.09	Pagamentos de demandas judiciais	-2.210	-844
6.01.02.10	Outros ativos	19.793	2.078
6.01.02.11	Fornecedores	8.387	202.181
6.01.02.12	Adiantamento de Clientes	-116.990	-160.118
6.01.02.13	Salários e contribuições sociais	7.668	973
6.01.02.15	Tributos a recolher	13.194	11.393
6.01.02.17	Títulos a pagar	3.379	15.993
6.01.02.20	Arrendamentos a pagar	35.160	7.442
6.01.03	Outros	-26.123	-13.950
6.01.03.02	Juros pagos	-8.389	-2.312
6.01.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	-17.734	-11.638
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-37.345	-5.586
6.02.02	Recebimento pela venda de ativo imobilizado	4.608	3.427
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-41.763	-8.971
6.02.06	Aquisição de Intangível	-190	-42
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-131.042	-40.529
6.03.01	Captações de Empréstimos e Financiamentos	12.116	22.733
6.03.02	Aumento de Capital	33	218
6.03.05	Amortização de empréstimos e financiamentos	-93.505	-54.783
6.03.10	Instrumentos financeiros derivativos pagos - Swap	-29.731	0
6.03.11	Pagamentos de passivos de arrendamentos	-18.318	-7.187

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.03.12	Pagamentos de custos de captação	-108	0
6.03.13	Adesão tributos parcelados	137	0
6.03.14	Pagamento tributos parcelados	-1.666	-1.510
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-74.551	-25.863
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	82.804	50.357
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.253	24.494

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.780.572	-20.851	0	-1.850.188	-124.807	784.726	0	784.726
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.780.572	-20.851	0	-1.850.188	-124.807	784.726	0	784.726
5.04	Transações de Capital com os Sócios	33	0	0	0	0	33	0	33
5.04.08	Conversão de ações - Bônus de Subscrição	33	0	0	0	0	33	0	33
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-38.282	-57.510	-95.792	0	-95.792
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-38.282	0	-38.282	0	-38.282
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-57.510	-57.510	0	-57.510
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-57.510	-57.510	0	-57.510
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.780.605	-20.851	0	-1.888.470	-182.317	688.967	0	688.967

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.778.695	-20.851	0	-1.793.340	-21.485	943.019	0	943.019
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.778.695	-20.851	0	-1.793.340	-21.485	943.019	0	943.019
5.04	Transações de Capital com os Sócios	218	0	0	0	0	218	0	218
5.04.08	Conversão de ações - Bônus de Subscrição	218	0	0	0	0	218	0	218
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.764	-169.839	-158.075	0	-158.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.764	0	11.764	0	11.764
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-169.839	-169.839	0	-169.839
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-169.839	-169.839	0	-169.839
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.778.913	-20.851	0	-1.781.576	-191.324	785.162	0	785.162

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	632.898	529.143
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	424.152	365.300
7.01.02	Outras Receitas	205.806	160.812
7.01.02.01	Outras Receitas	-5.178	3.860
7.01.02.03	Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	214.503	157.180
7.01.02.05	Abatimentos e devolução de vendas	-3.519	-228
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.940	3.031
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-456.755	-347.169
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-55.973	-74.251
7.02.04	Outros	-400.782	-272.918
7.02.04.01	Matérias-primas consumidas	-181.519	-150.644
7.02.04.02	Realização do valor justo dos ativos biológicos	-226.534	-116.077
7.02.04.05	Perdas estimadas em estoques	690	1.083
7.02.04.06	Outras despesas	6.581	-7.280
7.03	Valor Adicionado Bruto	176.143	181.974
7.04	Retenções	-37.524	-23.254
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-37.524	-23.254
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	138.619	158.720
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	95.958	42.146
7.06.02	Receitas Financeiras	95.958	42.146
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	234.577	200.866
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	234.577	200.866
7.08.01	Pessoal	26.712	24.565
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.532	22.024
7.08.01.02	Benefícios	706	835
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.474	1.706
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.467	28.531
7.08.02.01	Federais	9.676	19.858
7.08.02.02	Estaduais	8.670	8.533
7.08.02.03	Municipais	121	140
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	227.680	136.006
7.08.03.01	Juros	227.646	135.898
7.08.03.02	Aluguéis	34	29
7.08.03.03	Outras	0	79
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-38.282	11.764
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-38.282	11.764

Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O 1T21 foi marcado pela finalização da colheita de soja, plantio da safra de algodão, milho e milho pipoca. O impacto da redução da área e da produtividade de soja já pode ser percebido no EBITDA Ajustado da Companhia que foi de R\$ 72,2 milhões, contra R\$ 97,3 milhões registrado no 1T20. O regime climático irregular de setembro e outubro de 2020 provocou uma série de mudanças no nosso planejamento, entre elas a redução da área de soja para 56 mil hectares.

As culturas de 2ª safra de algodão e milho estão em fase de desenvolvimento e tem suas colheitas programadas para o final do 2T21 até meados do 3T21. A cultura de algodão foi bem instalada e as últimas avaliações indicam uma expectativa de produtividade levemente superior à da safra passada. Já para a cultura do milho, a estimativa de produtividade foi revisada para baixo devido ao stress hídrico, porém continua superior àquela da safra 2019/20 em aproximadamente 6,7%.

Ainda em relação à safra 2020/21, podemos esperar um impacto positivo nos preços das commodities. Considerando o ritmo de comercialização até 30/04/2021 e as cotações de mercado para a posição não comercializada, a expectativa é de alta nos preços FOB Fazenda (em R\$) em relação aos preços da safra 2019/20, com incrementos percentuais de 15,5% para soja e 51% para o milho. O algodão, por sua vez, apresenta leve queda nos preços em reais de 4,7%.

Ainda, nos últimos 12 meses percebemos uma redução do endividamento líquido ajustado da companhia de US\$ 5,0 milhões. Este número foi impactado pelo aumento de estoque de insumos ocasionado pelos seguidos replanejamentos da safra e pela nossa decisão de privilegiar o algodão em detrimento da soja, o que posterga a geração de caixa.

Seguimos confiantes que, apesar de todos os desafios enfrentados na safra atual, 2021 será um ano de bons resultados para a Terra Santa Agro.

Por fim, o cronograma da transação com a SLC segue em implementação com o “closing” previsto para o mês de julho.

Notas Explicativas

1 Informações gerais

1.1 Atividades operacionais

A Terra Santa Agro S.A ("Companhia" ou "Terra Santa Agro"), foi constituída em 18 de julho de 2003, sob a denominação de Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda., como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo atualmente sede na Praça General Gentil Falcão, 108 - cj 81, Brooklin Novo, São Paulo - SP.

Em 9 de novembro de 2006, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/no 046/2006, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Companhia o registro de "Companhia Aberta", possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores (B3).

A Companhia tem como objetivo principal alcançar a excelência operacional na produção de grãos e fibras e no desenvolvimento de terras e, em conjunto com a controlada TS Brasil S.A., exploram atividades agrícolas, com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, e suas atividades consistem basicamente em:

- cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização;
- comercialização de insumos agropecuários;
- beneficiamento do algodão em caroço, próprio e de terceiros; e
- prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas.

Essas atividades são exploradas em terras próprias, arrendadas de terceiros e sob regime de parceria agrícola com a controlada TS Brasil S.A. ("TS Brasil").

1.2 Reorganização societária

Os acionistas da Companhia estão conduzindo um processo de reorganização societária para viabilizar a venda da operação agrícola da Companhia para a SLC Agrícola S.A. ("SLC"), conforme fato relevante divulgado ao mercado em 26 de novembro de 2020. As terras e benfeitorias localizadas nessas terras, pertencentes à sua controlada TS Brasil, e que são exploradas pela Companhia em regime de parceria agrícola, não serão parte do acervo vendido.

Como resultado dessa reestruturação, a Companhia criou uma subsidiária direta, denominada TS Agro S.A. ("TS Agro"), que está em processo de registro no Novo Mercado e fará a gestão das referidas terras e benfeitorias. Os acionistas da TS Agro, quando da finalização da reorganização, serão os mesmos acionistas atuais da Companhia, mantendo também a mesma estrutura de controle.

Essa reorganização societária inclui os seguintes passos já executados ou em execução na data de aprovação dessas demonstrações financeiras intermediárias:

- Em 26 de novembro de 2020, foi celebrado Memorando de Entendimento entre a Companhia e a SLC ("Memorando"), não vinculante, visando uma combinação de negócios entre as empresas, objetivando a aquisição da operação agrícola da Companhia pela SLC por incorporação. O Memorando também esclarece que as terras e benfeitorias não serão envolvidas nessa transação;
- Em 7 de janeiro de 2021 essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e, em 25 de março de 2021 foi assinado o Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da referida combinação dos negócios;

Notas Explicativas

- Em 11 de janeiro de 2021, foi constituída a TS Agro com capital social subscrito de R\$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 200,00 (duzentos reais) já integralizados; e
- Em 31 de março de 2021, a Companhia integralizou, na TS Agro, acervo líquido representado pelos seguintes ativos e passivos, avaliados em R\$ 673.588, conforme custo contábil, com a emissão de 673.588,731 ações da TS Agro. O acervo líquido integralizado é como segue:

Investimento na TS Brasil S.A.	642.075
Ágio por mais valia das terras	192.487
Dívida financeira	(122.516)
Mútuo com parte relacionada	(38.458)
Total do aporte	<u>673.588</u>

A TS Agro protocolou o seu pedido de registro como empresa pública no Novo Mercado em 12 de maio de 2021, e estima que o processo será concluído até 30 de junho de 2021. Nessa oportunidade, o Acordo prevê, entre outros aspectos, os seguintes eventos julgados relevantes pela administração para fins de divulgação nessas demonstrações financeiras intermediárias e que serão confirmados apenas da data de fechamento da operação, estimada para 1º de julho de 2021:

- Redução do capital da Companhia com a entrega das ações da TS Agro para os seus acionistas, a qual está sujeita a confirmação em 60 dias, correspondente ao prazo de oposição de credores;
- Formalização de contrato de arrendamento das terras e benfeitorias controladas pela TS Agro para a Companhia por um prazo de 20 anos, pelo preço de 17 sacas de soja por hectare por ano, a serem renegociados a cada 3 anos, além de um pagamento inicial de R\$ 70.000, a título de adiantamento; e
- Transferência, da Companhia para a TS Agro, de direitos e obrigações apurados na Companhia com base nas operações realizadas até a data da efetiva transferência de controle da operação agrícola para a SLC, conforme Acordo (Nota 1.3).

1.3 Ativos e passivos contingentes decorrentes do acordo de associação

Os acionistas da Companhia, no âmbito do Acordo, por meio da TS Agro, estabeleceram a obrigação, irrevogável e incondicional, de indenizar, defender e manter indene a SLC e a Companhia, após a data de fechamento da transação, decorrente de perdas provenientes de período anterior à referida data de fechamento, sendo esta a data de implementação e efetivação da combinação de negócios entre a Companhia e SLC.

Nos termos do Acordo, entende-se como perda indenizável todo e qualquer ato, fato, omissão ou evento relacionado à Companhia, suas controladas e afiliadas, independentemente de conhecimento ou não, bem como quaisquer contingências relacionadas aos ativos adquiridos pela SLC nessa combinação de negócios. Consigna-se, ainda, que o dever de indenizar da Companhia se limitará ao valor agregado de R\$ 250 milhões, observadas as exceções previstas no Acordo.

Adicionalmente, também nos termos do Acordo, se convencionou a obrigação de indenização pela SLC para com os acionistas da Companhia, também por meio da TS Agro, contra toda e qualquer perda decorrente de ou relacionadas a qualquer declaração falsa ou violação de garantia ou não satisfação ou descumprimento, pela SLC, de qualquer obrigação ou acordo contidos no Acordo. Assevera-se, igualmente, que o dever de indenizar da SLC também se limitará ao valor de R\$ 250.000, observadas as exceções previstas no Acordo.

Notas Explicativas

O Acordo também determina que a Companhia manterá o registro contábil, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis, de determinados ativos e passivos em suas demonstrações financeiras, os quais compreendem provisão para contingências classificadas como perda provável, créditos tributários, títulos a pagar e a receber, entre outros ativos, passivos e teses jurídicas materializadas ou não. Esses direitos e obrigações não estão sujeitos aos limites de indenização mencionados anteriormente, e serão repassados ou cobrados da TS Agro no mesmo momento que forem monetizados ou liquidados pela Companhia. Em 31 de março de 2021, esses direitos e obrigações, registrados na Companhia, e que serão transferidos são estimados nos seguintes montantes:

Direitos (obrigações)

Títulos a receber	14.839
Tributos a recuperar	62.334
Outros ativos	4.436
Depósitos judiciais	6.152
Propriedades para investimentos	3.532
Títulos a pagar	(8.613)
Provisão para contingências	(27.784)
	<u>54.896</u>

1.4 Situação econômica e financeira da Companhia

Em 31 de março de 2021, a Companhia e o Consolidado apresentaram capital circulante líquido negativo em R\$ 714.911 e R\$ 823.779, respectivamente, substancialmente representados por contratos de financiamento que foram reclassificados do passivo não circulante para o passivo circulante, em razão do descumprimento de cláusulas restritivas existentes nos contratos de financiamento da Companhia e da sua controlada. As referidas cláusulas restritivas determinam que a Companhia, contratante desses financiamentos, obtenha a anuência formal das referidas instituições financeiras para a realização de determinadas operações, as quais incluem a reorganização societária em andamento (Nota 1.2).

Na data da aprovação dessas demonstrações financeiras, a Companhia já obteve a anuência formal das referidas instituições financeiras concordando com a não exigibilidade imediata dessas obrigações no contexto da reorganização societária mencionada na Nota 1.2. A Administração da Companhia avaliou os documentos obtidos e, em conjunto com o seu departamento jurídico, concluiu que não há qualquer obrigação de liquidação antecipada desses contratos.

Em atendimento ao CPC 26/ IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis Todavia, considerando que as anuências formais dessas instituições financeiras foram obtidas em data subsequente à data base dessas demonstrações financeiras intermediárias, em 31 de março de 2021, a Companhia reclassificou para o passivo circulante, os montantes de R\$ 610.713 e R\$ 674.805, na Companhia e no Consolidado, respectivamente.

Dessa forma, considerando que as instituições financeiras concordaram, posteriormente a 31 de março de 2021, em não exigir o direito contratual de liquidação antecipada dos referidos financiamentos, e que a expectativa da Administração é de seguir o fluxo original de amortização dessa dívida, em 31 de março de 2021, o capital circulante líquido antes da reclassificação pela quebra dos covenants, seria negativo nos montantes de R\$ 104.198 e R\$ 148.974, na Companhia e no Consolidado, consequentemente.

A despeito de a Companhia estar em processo de combinação de negócios com a SLC (Nota 1.2), com potencial alteração na estratégia de liquidação de suas dívidas após a conclusão da operação, a Administração mantém o acompanhamento das alternativas existentes para o financiamento de suas atividades operacionais e a manutenção da sua capacidade de liquidação das obrigações contratadas.

Notas Explicativas

Nesse contexto, a Administração avaliar que uma parcela importante dos passivos bancários da Companhia corresponde à dívida de custeio, constituída para financiar a safra, a qual é liquidada com recursos da própria safra. Considerando o êxito já obtido em renegociações com fornecedores e bancos nos últimos anos, a Administração espera que a parcela referente ao custeio, que inclui capital de giro, venha a ser integralmente renovada conforme prática característica do setor.

A geração de caixa da Companhia conta, ainda, com algumas ações já implementadas e outras que ainda estão em andamento, tais como:

- (i) Plano de venda de ativos, não operacionais ou pouco rentáveis, no valor de R\$ 84.877. Até 31 de março de 2021 a Companhia efetuou a venda de R\$ 61.827 equivalente a 73% do plano de venda, sendo que desse montante de vendas, R\$ 55.135 já foi convertido em caixa.
- (ii) Outras alternativas de financiamento por meio de emissões públicas no mercado de capitais e capital próprio. Visando equalizar sua estrutura de capital, reduzindo sua alavancagem, e reforçar o capital de giro da Companhia, o Conselho de Administração aprovou em 29 de abril de 2019 por meio da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, aumento de capital no valor de R\$ 50.000, integralizado em 14 de junho de 2019, mediante subscrição privada de novas ações ordinárias. Também, como vantagem adicional aos subscritores das novas ações ordinárias, foram emitidos R\$ 100.000 em bônus de subscrição, que podem ser convertidos até o dia 29 de abril de 2022. Até em 31 de março de 2021, foi realizada a conversão do bônus de subscrição de 166.690 ações, totalizando o montante de R\$ 2.252.
- (iii) Conforme mencionado na Nota 1.2, está em andamento os processos de reorganização societária e venda da operação agrícola da Companhia para a SLC, após conclusão destes processos, poderá ocorrer modificações na capacidade de liquidação das dívidas considerando as respectivas estruturas financeiras as quais a Companhia e a TS Agro estarão inseridas, consequentemente, os fluxos de caixa e datas de vencimentos apresentados nestas demonstrações financeiras poderão sofrer alterações.

Vale destacar que faz parte das atribuições cotidianas da Companhia o monitoramento contínuo da expectativa de geração de caixa e gestão financeira que contempla a captação de novos recursos necessários para o financiamento das operações nos próximos meses. Por isso, a Administração está confiante na capacidade que a Companhia tem de operacionalizar seus planos de financiamento e na consequente manutenção de sua continuidade operacional.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações, conforme prazos originalmente pactuados com seus credores. Adicionalmente, a Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme o planejado e que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, próprios ou de terceiros, conforme ações descritas nos parágrafos anteriores. Diante disso, a Administração tem expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

1.5 Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

O exercício de 2020 e o primeiro trimestre de 2021 trouxeram consigo um grande desafio causado pela pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), trazendo sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros.

No referido período, a desvalorização cambial afetou as informações financeiras intermediárias da Companhia, impactando de forma positiva o lucro operacional e prejudicando o resultado financeiro. Adicionalmente, os saldos de ativos e passivos relacionados com o dólar foram aumentados, tais como estoques de produtos agrícolas, ativos biológicos, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

Dentro deste novo contexto, o agronegócio é um dos setores menos impactados até o momento. No curto prazo, a administração espera impactos negativos relacionados a atrasos nos embarques de suas mercadorias, com a consequente postergação do fluxo de caixa dos seus recebíveis, sem, contudo, afetar a liquidez da Companhia. Nesse exercício de 2020, a Companhia não teve situação de renegociação de recebíveis por parte dos clientes e não identificou indicadores que pudessem aumentar o risco de não recebimento de seus ativos financeiros. Ademais, não houve qualquer redução nos níveis de atividade da Companhia e a produção agrícola continua ocorrendo normalmente nas suas unidades operacionais.

Em relação a fontes de financiamentos, não se observou alteração significativa nas fontes de recursos, devendo-se ressaltar o importante suporte dos grandes bancos credores em rolagens negociadas no período.

A desvalorização do real frente ao dólar estadunidense, provocada pela crise, foi superior à queda nos preços das *commodities* que a Companhia opera, resultando em um resultado maior do que o esperado para as vendas de algodão e milho da safra 19/20, que ainda não estão 100% comercializados, e um lucro esperado (que vem sendo capturando via fixação de preços) superior ao pré-Covid para todas as culturas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações financeiras foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Conforme descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas informações financeiras trimestrais - ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Dessa forma, exceto pelos assuntos descritos na Nota 2.6, estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação, métodos de cálculo e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, publicadas em 10 de março de 2021, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Em 17 de maio de 2021, foi autorizada pela administração da Companhia e pelo Conselho de Administração a conclusão das informações trimestrais – ITR do trimestre findo em 31 de março de 2021, estando aprovadas para divulgação.

Notas Explicativas

2.2 *Hedge accounting*

Em 12 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros, não designados, foram contabilizadas diretamente a resultado do exercício. O saldo de R\$ 222.745 contabilizado na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” será registrado no resultado conforme cronograma de realização do objeto de hedge, estimado para o resultado dos exercícios de 2020 a 2022.

Essa decisão possui caráter estratégico, visto que o câmbio é um componente relevante no segmento da Companhia, que utilizando boas práticas de *hedge* de fluxo de caixa protege analogamente o resultado financeiro.

2.3 **Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas são incluídas nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de consolidação consistente com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na Nota 2.2 daquelas demonstrações financeiras.

2.4 **Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo as expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias e a Companhia declara que permanecem válidas como descritas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

2.5 **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As seguintes alterações estão em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021 e a sua adição não teve impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- **Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 4 “Contratos de Seguro e IFRS 16 “Arrendamentos”:** as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). Os contratos da Companhia e de suas controladas vinculados a LIBOR foram revistos e

Notas Explicativas

a administração espera atualizá-los por taxas alternativas equivalentes, assim que a taxa LIBOR não estiver mais disponível. A administração concluiu que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.

Adicionalmente, as seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Com base na avaliação da Administração, a adoção dessas normas pelo Grupo não terá impactos relevantes em suas informações contábeis.

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.
- **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Reapresentação de valores correspondentes

A Companhia efetuou ajustes nas informações contábeis correspondentes das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa do período de três meses findos em 31 de março de 2020, em razão de erros identificado na sua preparação, conforme descrito a seguir:

- a) Classificação dos gastos com exportação e fretes sobre vendas na demonstração do resultado apresentada por função:

Na avaliação da Companhia, os gastos com exportação e fretes para o transporte dos produtos das suas dependências até o destino combinado com o cliente são custos necessários para se cumprir com a obrigação de performance e, logo, devem ser componente do custo dos produtos vendidos (CPV), conforme previsto no CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes na seção de "Custos para cumprir um contrato". Anteriormente, esses gastos estavam registrados como Despesas com vendas, na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Esse conceito considera como custo das vendas, os gastos necessários para se cumprir com a obrigação de desempenho e, conseqüentemente, reconhecer a receita. Para a Companhia, os gastos com exportação e frete sobre a venda são necessários para cumprir com sua obrigação de desempenho e, conseqüentemente, reconhecer a receita de vendas. Adicionalmente, os preços de vendas são aumentados nas vendas em que a Companhia tem a obrigação de entregar, substancialmente para remunerar esse custo adicional para se cumprir com a referida obrigação.

Os efeitos desse ajuste nas informações financeiras intermediárias em 31 de março de 2020 estão apresentados a seguir, na Nota 2.6.1.

- b) Impactos dos pagamentos de passivos de arrendamento com produto agrícola e das captações e pagamentos de empréstimos (mútuos) com partes relacionadas na demonstração dos fluxos de caixa:

A Companhia mantém contratos de arrendamentos de terras na modalidade de parceria agrícola, os quais preveem a liquidação mediante a entrega, pelo arrendatário ao arrendador, de uma quantidade fixa de soja em grãos. Dessa forma, a Companhia utiliza dos produtos agrícolas colhidos para liquidar esses passivos de arrendamento. Em 31 de março de 2020, a Companhia classificava esses pagamentos como atividades de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa.

De acordo com o CPC 03/ IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa, as atividades de financiamento devem compreender os pagamentos em caixa pelo arrendatário para a redução do passivo relativo ao arrendamento e, portanto, a Companhia reavaliou a apresentação dos pagamentos de arrendamentos como itens que não movimentam caixa na sua demonstração dos fluxos de caixa, e concluiu que estes valores devem ser divulgados como transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas realizam transações de empréstimos (mútuo) entre si, com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos financeiros do Grupo. Em sua maioria, essas operações referem-se à tomada de recursos pela Companhia (controladora) de suas controladas. Em 31 de março de 2020, essas transações (tomadas e pagamentos) foram tratadas pela Companhia como atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa da controladora (não há impacto nas demonstrações financeiras consolidadas).

De acordo com o CPC 03/ IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa, as atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudança no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade. Dessa forma, a Companhia reavaliou a apresentação das operações de captações e pagamento desses empréstimos, e concluiu que estes valores devem ser apresentados como atividades de financiamentos.

Os efeitos desse ajuste nas informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2020 estão apresentados a seguir, na Nota 2.6.1.

2.6.1 Efeitos da reapresentação

A Companhia retificou os valores correspondentes, individuais e consolidados, referentes às demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa do período de três meses findo em 31 de março de 2020, em conformidade com o CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

a) Demonstração do resultado

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2020			31 de março de 2020		
	Conforme divulgado	Gastos com exportação e frete sobre vendas	Valores a serem reapresentados	Conforme divulgado	Gastos com exportação e frete sobre vendas	Valores a serem reapresentados
Lucro bruto	100.432	(11.782)	88.650	143.907	(11.782)	132.125
Receitas (despesas) operacionais	10.932	11.782	22.714	(21.041)	11.782	(9.259)
Lucro operacional	111.364		111.364	122.866		122.866
Resultado financeiro	(103.440)		(103.440)			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	7.924		7.924	25.011		25.011
Imposto de renda e contribuição social	3.840		3.840	(13.247)		(13.247)
Lucro líquido do período	11.764		11.764	11.764		11.764

b) Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora			Controladora		
	31 de março de 2020			31 de março de 2020		
	Conforme divulgado anteriormente	Arrendamentos	Valores a serem reapresentados	Conforme divulgado anteriormente	Arrendamentos	Valores a serem reapresentados
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	7.924		7.924	25.011		25.011
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	20.276	(7.092)	13.184	27.312	(7.060)	20.252
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(5.585)		(5.585)	(5.586)		(5.586)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(40.154)	7.092	(33.062)	(47.589)	7.060	(40.529)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquida	(25.463)		(25.463)	(25.863)		(25.863)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	49.931		49.931	50.357		50.357
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	24.468		24.468	24.494		24.494

Não há qualquer impacto no balanço patrimonial, individual ou consolidado, da Companhia e do Grupo em 31 de dezembro de 2020, nem tampouco nas demonstrações (individuais e consolidadas) do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do valor agregado do período de três meses findo em 31 de março de 2020.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Bancos em moeda nacional	4.520	15.942	6.336	50.140
Bancos em moeda estrangeira	1.812	32.307	1.812	32.308
Aplicações financeiras (i)	105	357	105	356
	6.437	48.606	8.253	82.804

- (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e, portanto, foram consideradas como equivalentes de caixa, a taxa média anual de rendimentos incidente sobre aplicações financeiras em 31 de março de 2021, varia entre 90% a 100% do CDI. Essas aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha.

Notas Explicativas

4 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Clientes em moeda nacional	17.012	3.449	21.708	3.650
Clientes em moeda estrangeira	72.552	16.235	72.552	16.235
	89.564	19.684	94.260	19.885
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(254)	(699)	(472)	(895)
	<u>89.310</u>	<u>18.985</u>	<u>93.788</u>	<u>18.990</u>

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
A vencer:				
Até 30 dias	16.421	17.329	20.921	17.335
Vencidos:				
Até 30 dias (i)	68.259	1.351	68.259	1.351
De 31 a 90 dias	4.734	523	4.734	523
De 91 a 180 dias	1	62	1	62
Acima de 180 dias	149	419	345	614
	<u>89.564</u>	<u>19.684</u>	<u>94.260</u>	<u>19.885</u>

- (i) Os valores vencidos foram substancialmente recebidos até a data de publicação destas demonstrações financeiras.

A Administração mantém procedimentos de cobrança e acredita que não incorrerá em perdas relevantes com contas a receber vencidas. Vide Nota 22.8 (i).

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	(699)	(2.053)	(895)	(2.072)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(224)	(940)	(247)	(1.117)
Valores recuperados no exercício	669	2.294	670	2.294
Saldo final	<u>(254)</u>	<u>(699)</u>	<u>(472)</u>	<u>(895)</u>

Notas Explicativas

5 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Por venda de ativo fixo	4.672	9.981	5.092	10.401
Subarrendamentos e confissões de dívidas	4.936	4.936	4.936	4.936
Outros créditos (i)	11.234	12.371	11.234	12.371
(-) Ajuste a valor presente	(110)	(175)	(110)	(175)
(-) Provisão para <i>impairment</i>	(5.893)	(8.410)	(5.915)	(8.432)
	14.839	18.703	15.237	19.101
Circulante	(14.147)	(5.677)	(14.545)	(6.075)
Não circulante	692	13.026	692	13.026

- (i) Refere-se substancialmente ao valor da indenização a receber em razão de sinistro causado pelo incêndio na unidade Beneficiadora de Algodão Terra Santa - Deciolândia (MT), o fogo teve início em uma fazenda vizinha, o qual acabou se alastrando, por conta dos fortes ventos, para o pátio de armazenagem de algodão em pluma. A ocorrência possui cobertura por apólice de seguro contra incêndio (Nota 30), que indenizou os prejuízos em 30 de abril de 2021 mediante transferência bancária.

O *aging* dos títulos a receber é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
A vencer:				
Até 30 dias	773	210	773	210
De 31 a 90 dias	432	713	432	713
De 91 a 180 dias	637	1.186	637	1.186
Acima de 180 dias	1.978	15.531	1.978	15.531
Vencidos:				
Até 30 dias	188		188	
De 31 a 90 dias	344		344	
De 91 a 180 dias		1.199		1.200
Acima de 180 dias (i)	16.490	8.449	16.910	8.868
	20.842	27.288	21.262	27.708

- (i) Os valores não provisionados foram substancialmente recebidos até a data de publicação destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de títulos a receber são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	(8.410)	(9.639)	(8.432)	(9.672)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(349)	(1.975)	(349)	(1.975)
Valores recuperados no exercício	2.866	3.204	2.866	3.215
Saldo final	(5.893)	(8.410)	(5.915)	(8.432)

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas, líquidas”.

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Produtos agrícolas				
Produtos agrícolas - custos de formação (i)	66.691	150.357	67.636	150.357
Produtos agrícolas - ajuste ao valor realizável líquido (ii)	61.024	125.727	94.716	125.727
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	131.089	270.976	131.089	270.976
Embalagens, acondicionamento e peças de reposição	8.346	6.294	8.346	6.294
Gastos de manutenção nas entressafras	30.788	37.493	31.425	39.304
Outros estoques	26.376	18.844	26.376	18.848
(-) Provisão para <i>impairment</i> (iii)	(586)	(1.276)	(586)	(1.276)
	<u>323.728</u>	<u>608.415</u>	<u>359.002</u>	<u>610.230</u>

- (i) Em 31 de março de 2021, 183.491 toneladas de produtos agrícolas, no montante aproximado de R\$ 277.302, estão cedidas em garantia a fornecedores de insumos agrícolas (em 31 de dezembro de 2020 – 8.463 toneladas, no montante aproximado de R\$ 64.000). O montante cedido em garantia inclui os saldos apresentados na rubrica de Ativos biológicos.
- (ii) Esses valores contemplam a marcação ao valor justo dos produtos agrícolas enquanto valorizados como ativo biológico no montante de R\$ 84.615 (ganho) na controladora e no consolidado (ganho de R\$ 155.428 em 31 de dezembro de 2020, na controladora e consolidado) e perda de marcação ao valor realizável líquido enquanto valorizados como produto agrícola no montante de R\$ 23.591 na controladora e no consolidado (ganho R\$ 10.101 (perdas de R\$ 29.701 em 31 de dezembro de 2020 na controladora e no consolidado)).

Notas Explicativas

- (iii) Refere-se, substancialmente a obsolescência de materiais no estoque que apresentam baixa expectativa de realização.

A movimentação da provisão para *impairment*, na controladora e no consolidado, é assim demonstrada:

	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	(1.276)	(2.871)
Adições	(467)	(357)
Reversões	1.157	1.952
Saldo final	(586)	(1.276)

A despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas, líquidas”.

7 Ativos biológicos (Controladora e Consolidado)

7.1 Movimentação - 1º de janeiro a 31 de março de 2021

	Controladora e Consolidado					
	Algodão	Soja	Milho	Eucalipto	Outras culturas	Total
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2021	10.223	181.185	3.631	5.112	9.692	209.843
Aumento decorrente de plantio e tratos culturais	183.683	54.073	54.411		16.687	308.854
Redução decorrente da colheita	(1.839)	(283.041)	(795)		(4.970)	(290.645)
Variação do valor justo		47.783	(1.105)	465		47.143
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2020	192.067		56.142	5.577	21.409	275.195
Ativos biológicos avaliados a valor justo			2.528	5.365		7.893
Lavouras avaliadas ao custo de formação	192.067		53.614	212	21.409	267.302
Saldo dos ativos biológicos em 31 de março de 2021	192.067		56.142	5.577	21.409	275.195

7.2 Movimentação - 1º de janeiro a 31 de março de 2020

	Controladora e Consolidado				
	Algodão	Soja	Milho	Outras culturas	Total
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2020	860	205.282	579	6.852	213.573
Aumento decorrente de plantio e tratos culturais	172.752	48.089	43.810	4.271	268.922
Redução decorrente da colheita		(219.374)		(1.501)	(220.875)
Variação do valor justo	(37)	(33.997)	8.903		(25.131)
Saldo dos ativos biológicos em 31 de março de 2020	173.575		53.292	9.622	236.489
Ativos biológicos avaliados a valor justo	89.766		27.187		116.953
Lavouras avaliadas ao custo de formação	83.809		26.105	9.622	119.536
Saldo dos ativos biológicos em 31 de março de 2020	173.575		53.292	9.622	236.489

Em 31 de março de 2021, a Companhia explora cerca de 83,7 mil hectares de terras cultiváveis (83,7 mil hectares em 31 de dezembro de 2020), entre terras próprias e de terceiros, localizadas no Estado de Mato Grosso e nelas são cultivadas culturas temporárias, com destaque para algodão, soja e milho.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor de rentabilidade futura estimada, de acordo com o nível III - Abordagem de Receita estabelecido pelo CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do Valor Justo, para esses ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

7.3 Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para soja e milho de 15 kg (uma arroba) para o algodão em caroço e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível.
- (ii) O preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) é obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (*commodity*), menos os custos do beneficiamento (descaroçamento) e dos preços atribuíveis aos subprodutos (caroço e fibrilha). O preço do milho e soja são obtidos partindo das cotações disponíveis em mercados ativos, deduzindo os gastos necessários para venda.
- (iii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita, (ii) custos com a Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) e, (iii) custo de capital, incluindo o aluguel das terras e de máquinas e equipamentos.
- (iv) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o valor justo dos ativos biológicos, que são registrados na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício.
- (v) O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

Em 31 de março de 2021 e 2020, os ativos biológicos mantidos pela Companhia estavam mensurados ao custo de formação, pois não atingiram transformação biológica relevante, necessária para estimar a produtividade e consequentemente a mensuração ao valor justo.

As principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo em 31 de março dos ativos biológicos são como segue:

	Milho		Eucalipto	
	2021	2020	2021	2020
Área total estimada de colheita (ha)	26.569	24.193	437	437
Área total em estagio de marcação (ha)	26.569	24.193	437	437
Produtividade prevista em sacas/m ³	92	110	246	265
Preço em US\$	12,13	7,63	6,85	5,54
Câmbio	5,70	5,20	5,70	5,20
Taxa de desconto (%)	6,00	8,00	6,00	6,00

7.4 Análise de sensibilidade

A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

A Administração entende que as premissas mais sensíveis as mudanças são a produtividade, preço da *commodities* e a taxa de câmbio. Neste contexto, se as premissas fossem 10% maiores ou 10% menores em 31 de março de 2021, a rubrica "Ativo Biológico" e consequentemente a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" seriam impactadas por R\$ 2.004 e (R\$ 1.796) respectivamente.

Notas Explicativas

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
PIS	8.258	6.731	11.859	10.331
COFINS	34.114	31.466	53.790	51.088
IRRF	29.278	29.277	39.321	39.112
CSLL	9.915	9.915	10.143	10.143
ICMS	4.996	4.996	4.996	4.996
FUNRURAL (i)	23.212	23.212	23.212	23.212
Outros tributos	1.517	1.518	4.116	4.174
(-) Provisão para impairment	(48.956)	(48.956)	(53.152)	(53.152)
	62.334	58.159	94.285	89.904
Circulante	(32.737)	(28.555)	(39.506)	(35.118)
Não circulante	29.597	29.604	54.779	54.786

- (i) Refere-se ao valor reconhecido de indébito do Funrural nas vendas com fim específico de exportação, o montante é composto de principal mais atualização SELIC totalizando R\$ 23.212, sendo R\$ 20.649 e R\$ 2.563 de principal e juros respectivamente, segregados entre curto e longo prazo (R\$ 12.184 curto prazo e R\$ 11.028 longo prazo). Adicionalmente foram avaliados os últimos cinco anos para reconhecimento do crédito. As realizações dos valores ocorrem por meio de: (i) compensação com débitos federais sejam tributários e/ou previdenciários, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

A Companhia e a controlada TS Brasil possuem saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo. As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

Em 2021 e 2020 não ocorreram movimentação na provisão para *impairment* de tributos a recuperar.

Pedidos de restituição

Em 2017, a Companhia e a controlada TS Brasil obtiveram medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 73.836. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento.

A Companhia e sua controlada TS Brasil apresentaram documentação suporte referente aos pedidos de ressarcimento e alguns destes se encontram em fase de revisão pelas autoridades fiscais. No final de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, foram emitidos despachos decisórios parcialmente deferidos para monetização de R\$ 17.619, cuja previsão para recebimento ocorrerá após a concordância das autoridades fiscais para o afastamento da compensação de ofício com demais débitos tributários. Nesse sentido, em 14 de abril de 2020, foi depositado na conta corrente da empresa, ora TS Brasil, o valor atualizado do montante deferido, com correção pela taxa SELIC – obtida via decisão judicial – de R\$ 3.983. Seguidamente, em 22 de julho de 2020, foi depositado na conta corrente da Companhia, valor devidamente atualizado do montante deferido, inclusive com correção também pela taxa SELIC – conforme decisão judicial – de R\$ 13.086.

Notas Explicativas

Adicionalmente, houve indeferimento de alguns pedidos de ressarcimento pelas autoridades fiscais no montante aproximado de R\$ 58.969. Foram protocoladas em 2018, manifestações de inconformidade no devido prazo legal, cujo prazo estimado para julgamento é até 12 meses após o protocolo das manifestações de inconformidade pelas Delegacias de Julgamento (DRJ) da Receita Federal do Brasil ("RFB"). A Companhia entende que o direito postulado é plausível e, portanto, não constitui provisão para perdas. Todavia, tendo em vista a inobservância do prazo de 12 meses sem qualquer manifestação da RFB, a Companhia está avaliando as medidas cabíveis para agilizar a análise das manifestações de inconformidade por parte das autoridades fiscais. Contudo, antes mesmo de tomar tal atitude, inclusive com fulcro tornar o direito mais plausível, foram juntados documentos (notas fiscais e laudo técnico) em junho e setembro de 2020, corroborando com o pedido realizado anteriormente.

9 Tributos diferidos

A Companhia e a controlada TS Brasil utilizam a sistemática do lucro real, as demais controladas, conforme apresentado na Nota 11.3, utilizam a sistemática do lucro presumido, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

9.1 Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Natureza por entidade legal				
Créditos tributários sobre:				
Prejuízos fiscais acumulados	306.986	249.235	326.531	270.570
Contribuição social sobre base negativa acumulada	110.515	89.723	117.551	97.404
Diferenças temporárias:				
Provisão para impairment	3.174	8.519	3.994	9.167
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	13.872	14.252	13.976	14.353
Ajuste a valor presente	4.411	6.741	4.411	6.741
Instrumentos financeiros derivativos	16.765	17.600	16.765	17.600
Provisão para perdas com tributos	1.698	1.698	1.698	1.698
Outras provisões temporárias	788	9.248	929	9.390
	<u>458.209</u>	<u>397.016</u>	<u>485.855</u>	<u>426.923</u>
Débitos tributários sobre:				
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	20.366	44.263	20.366	44.263
Custo atribuído	2.281	6.710	134.837	127.912
Ajuste a valor presente	3.009	4.359	3.009	4.359
Arrendamentos	7.885	1.794	7.885	1.794
Amortização de ágio	93.665	93.665	93.665	93.665
Variação cambial - Hedge fluxo de caixa	61.847		61.847	
Depreciação acelerada incentivada	14.260		14.260	
Outras provisões temporárias	4.697	4.700	4.697	4.700
	<u>208.010</u>	<u>155.491</u>	<u>340.566</u>	<u>276.693</u>
Créditos tributários, líquidos	250.199	241.525	250.199	241.525
Débitos tributários, líquidos			(104.910)	(91.295)
Total líquido	<u>250.199</u>	<u>241.525</u>	<u>145.289</u>	<u>150.230</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das demonstrações financeiras, apenas quando for provável que a Companhia e a controlada TS Brasil apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Notas Explicativas

Em 2020, a Administração identificou erros nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social de anos anteriores, e recalculou o montante dos créditos tributários diferidos não registrados. Esses ajustes não provocaram qualquer impacto nos tributos diferidos reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, uma vez que o montante dos ajustes efetuados nas bases fiscais foi inferior aos créditos tributários não reconhecidos contabilmente.

Adicionalmente, conforme orientação dos seus assessores tributários, como parte desses ajustes, a Administração recompôs as referidas bases com as despesas de variação cambial vinculadas às operações de hedge accounting, que estão registradas na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial. Os tributos diferidos resultantes dessa inclusão foram registrados como débitos tributários diferidos em 2021, quando também houve com o reconhecimento dos créditos tributários correspondentes, conforme impacto verificado no saldo de prejuízo fiscal acumulado.

A Administração decidiu reconhecer fiscalmente a depreciação acelerada incentivada dos bens do ativo imobilizado que são parte da operação agrícola e, conseqüentemente, reconheceu passivo de tributo diferido no montante de R\$ 14.260.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, não haverá constituição de tributos diferidos ativos e expectativa para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas. Para as projeções do lucro tributável futuro foram utilizadas as mesmas premissas para a avaliação do teste de ágio, conforme divulgado na Nota 15.4.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Em 2021	22.182	5%	50.689	11%
Em 2022	26.667	6%	27.175	6%
Em 2023	45.656	11%	45.656	10%
Em 2024	44.444	11%	44.444	10%
Em 2025	50.248	12%	50.248	11%
Entre 2026 a 2028	228.304	55%	225.870	51%
	417.501	100%	444.082	99%

Em 31 de março de 2021, os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social não registrados contabilmente, são de R\$ 146.606 (2020 - R\$ 98.417), na controladora e no consolidado, em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

Notas Explicativas

9.2 Conciliação do crédito (despesa) efetivo de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(46.956)	7.924	(33.341)	25.011
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	15.965	(2.694)	11.336	(8.504)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	7.955	11.276		
Despesas não dedutíveis	(2.897)	(6.340)	(2.899)	(6.340)
Tributos diferidos temporários:				
Crédito tributário não constituído sobre prejuízos fiscais	(12.220)	(863)	(13.253)	(863)
Outros	(129)	2.461	(125)	2.460
No resultado do exercício	8.674	3.840	(4.941)	(13.247)

10 Partes relacionadas

10.1 Saldos

Em 31 de março de 2021, os mútuos foram atualizados com base em 100% do CDI. O contrato entre as partes tem o vencimento para janeiro de 2022. Conforme mencionado na Nota 1.2 o saldo passivo de mútuo foi incluído no acervo para constituição do capital da subsidiária TS Agro.

10.2 Transações

	Controladora	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo circulante		
Dividendos a receber		
TS Brasil S.A.	24.771	
	24.771	
Ativo não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
Buriti Agrícola Ltda.	433	422
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	2	16
Mocuri Agrícola Ltda.	16	2
	453	442
Passivo circulante		
TS Brasil S.A.		55.237
		55.237

Notas Explicativas

As transações com partes relacionadas realizadas no exercício são como segue:

Operações	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de março de 2020	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Compras de mercadorias e produtos				
TS Brasil S.A. (i)	(4.500)			
Resultado com aluguéis e arrendamentos				
Bonsucex Holding S.A. (ii)	(24)	(29)	(24)	(29)
Maria Zilda Oliveira de Araújo (iii)	(99)	(95)	(99)	(95)
Resultado financeiro sobre saldos de mútuo				
TS Brasil S.A.	(283)	(5.132)		
Distribuição de dividendos				
TS Brasil S.A.	23.862			
Resultado com plano de incentivo				
Admistradores (iv)	(255)	(994)	(255)	(994)
Venda de bens e propriedades				
TS Brasil S.A. (v)	(50.633)			

- (i) Refere-se a aquisição de produtos agrícolas (soja e milho).
- (ii) Refere-se ao condomínio de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia.
- (iii) Contrato de locação de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia, com vencimento em abril de 2021.
- (iv) Plano de incentivo de adesão voluntária destinado a diretoria estatutária.
- (v) No contexto da reorganização societária mencionada na Nota 1.2, a Companhia vendeu para sua controlada TS Brasil S.A. bens e propriedades que não farão parte da operação junto a SLC. Os recebíveis originados nesta operação foram compensados com os saldos de mútuos.

Notas Explicativas**11 Investimentos (Controladora)****11.1 Composição dos investimentos**

	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Investimento	679.720	656.624
Mais-valia das terras		192.490
Ágio	275.484	275.484
	<u>955.204</u>	<u>1.124.598</u>

11.2 Movimentação dos investimentos**1º de janeiro a 31 de março de 2021**

	Mais-valia das terras	Ágio	TS Agro S.A.	TS Brasil S.A.	Total
Movimentação dos investimentos:					
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	192.490	275.484		656.624	1.124.598
Distribuição de dividendos				(31.818)	(31.818)
Resultado de equivalência patrimonial			6.129	17.269	23.398
Adequação da estrutura de capital para reorganização societária (i)	(192.490)		673.588	(642.075)	(160.977)
Saldos em 31 de março de 2021	<u>275.484</u>	<u>679.720</u>		<u>955.204</u>	

(i) Refere-se aos efeitos da reestruturação societária conforme mencionado na nota 1.2.

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020

	Mais-valia das terras	Ágio	TS Brasil S.A.	Total
Movimentação dos investimentos:				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	192.490	275.484	765.376	1.233.350
Redução de capital social			(145.465)	(145.465)
Resultado de equivalência patrimonial			36.713	36.713
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>192.490</u>	<u>275.484</u>	<u>656.624</u>	<u>1.124.598</u>

Notas Explicativas

11.3 Informações sobre as investidas

31 de março de 2021

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	Receita líquida	Resultado do período	Efeito no resultado da controladora
TS Agro S.A.	100,00%	843.731	164.013	679.718		23.398	23.398
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%		1.490	(1.490)			
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%		531	(531)			
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%		2	(2)			
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%		2	(2)			
							<u>23.398</u>
						Resultado de equivalência patrimonial	<u>23.398</u>

31 de dezembro de 2020

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil S.A.	100,00%	752.607	103.937	648.670	52.070	36.713	36.713
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%		1.490	(1.490)			
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%		531	(531)		(3)	(3)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%		2	(2)			
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%		2	(2)			
							<u>36.710</u>
						Resultado de equivalência patrimonial 12 meses	<u>36.710</u>
						Provisão para perdas em investimentos	<u>(3)</u>

Os fluxos de caixa das controladas impactam as demonstrações financeiras consolidadas, substancialmente, pelo resultado do seu fluxo de caixa operacional, haja vista que as atividades de financiamento e investimento são representadas, em sua maioria, por repasses de recursos entre as partes.

Os saldos referentes a provisão para perdas em investimentos na Controladora estão assim demonstrados:

	Controladora	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Buriti Agrícola Ltda.	530	530
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	1.490	1.490
	<u>2.024</u>	<u>2.024</u>

Notas Explicativas

11.4 Ágio e mais valia sobre investimentos

	Vida útil	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Mais-valia das terras (i)	Indefinida		192.490
Ágio (ii)	Indefinida	275.484	275.484
		<u>275.484</u>	<u>467.974</u>

- (i) A mais valia de terras é originária da aquisição da Maeda, em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A), e da Vanguarda Participações S.A. em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013). Em 31 de março de 2021, a referida mais valia foi integralizada no capital social da TS Agro, no contexto da reorganização societária mencionada na Nota 1.2.
- (ii) O ágio sobre investimentos é originário da aquisição da Maeda, em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A), e da Vanguarda Participações S.A., em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013). Esses valores foram alocados com base em laudos de alocação de preço pago ("PPA"), emitidos por avaliadores independentes em 28 de março de 2011 e 03 de outubro de 2012, respectivamente. Adicionalmente, vide divulgação de ativo intangível na Nota 15.

12 Propriedade para investimento

As propriedades são compostas por armazéns de grãos localizados na cidade de Rosário do Sul – RS e, a partir de junho de 2020, também pelo prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum – MT, os quais não são utilizados pela Companhia e são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, a Companhia obteve receitas de aluguéis dos imóveis supracitados no montante de R\$ 75 e incorreu em despesas de depreciação no montante de R\$ 203. (em 31 de março de 2020 - R\$ 132).

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	13.498	4.190	13.498	4.190
Adição		10.170		10.170
Baixa para adequação da estrutura de capital	(9.763)			
(-) Depreciação	<u>(203)</u>	<u>(862)</u>	<u>(204)</u>	<u>(862)</u>
Saldo final	<u>3.532</u>	<u>13.498</u>	<u>13.294</u>	<u>13.498</u>

Notas Explicativas

13 Direito de uso dos ativos e passivos de arrendamento (Controladora e consolidado)

Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados em uma quantidade fixa de soja em grãos. As oscilações dos preços dessa *commodity* são reconhecidas mensalmente nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento. Os contratos de arrendamentos com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja. Assim, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja de fechamento, na data-base do balanço patrimonial. Consequentemente, os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado da *commodity*.

Em relação aos contratos de arrendamentos com terceiros ressalta-se que:

- não há cláusulas de pagamentos contingentes;
- não há termos de renovação ou de opções de compra, salvo os termos dispostos na Lei 4.504/64 art. 92, § 3º e 95, IV, que tratam dos direitos dos arrendatários nos termos citados anteriormente;
- os contratos firmados são indexados à variação do preço da saca de soja e não há outras cláusulas de reajustamento; e
- não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

13.1 Movimentação dos arrendamentos

As informações sobre os ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos da Companhia estão representadas da seguinte forma:

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2021 (Controladora e Consolidado).

Direito de uso	Saldo inicial	Remensuração	Depreciação	Saldo final
Terras para exploração	288.999	45.643	(16.529)	318.113
Imóveis	2.358	204	(151)	2.411
Total	291.357	45.847	(16.680)	320.524

Passivo de arrendameto	Saldo inicial	Remensuração	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final
Terras para exploração	323.256	45.643	11.850	(57.932)	322.817
Imóveis	2.455	204	23	(178)	2.504
Total	325.711	45.847	11.873	(58.110)	325.321

Circulante	(63.115)
Não Circulante	262.206

Notas Explicativas

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 (Controladora e Consolidado).

Direito de uso	Saldo inicial	Adições	Remensuração	Depreciação	Saldo final
Terras para exploração	190.999	4.339	145.003	(51.342)	288.999
Imóveis	1.023	1.569	371	(605)	2.358
Veículos	1.112			(1.112)	
Total	193.134	5.908	145.374	(53.059)	291.357

Passivo de arrendameto	Saldo inicial	Adições	Remensuração	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final
Terras para exploração	199.899	4.339	145.003	22.551	(48.535)	323.257
Imóveis	1.021	1.569	371	153	(659)	2.455
Veículos	1.227			261	(1.488)	
Total	202.147	5.908	145.374	22.965	(50.682)	325.712
Circulante						(52.389)
Não Circulante						273.323

13.2 Contratos vigentes, prazo e taxa de desconto

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía contratados 42.993 hectares (em 31 de dezembro de 2020 – 42.993 hectares) de arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas mantidos com terceiros, com vencimentos até 2035 conforme abaixo discriminado:

Unidade	Localização	Estado	Área arrendada (em ha)	Vencimento dos contratos	Valores ponderados (em sacas de soja/ha/ano)
São José	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	14.965	2035	16,40
Ribeiro do Céu	Nova Mutum	Mato Grosso	2.427	2022	15,45
Guapirama	Diamantino	Mato Grosso	14.693	2023	13,12
Mãe Margarida	Sta. Rita do Trivelato	Mato Grosso	7.570	2024	12,14
Sete Placas	Diamantino	Mato Grosso	620	2025	16,00
Terra Santa	Tabaporã	Mato Grosso	2.718	2026	9,84
			42.993		

A Companhia calculou suas taxas de desconto considerando as particularidades de seu segmento e riscos de suas atividades para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“spread” de crédito).

Notas Explicativas

A tabela abaixo evidencia os prazos dos contratos, bem como as respectivas taxas praticadas pela Companhia:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa média % a.a.
1	8,66%
2	8,68%
3	8,64%
4	8,65%
5	8,65%
7	8,74%
8	8,90%
10	8,94%
15	9,04%

13.3 Cronograma de amortização

Os vencimentos das parcelas registradas no passivo estão demonstrados como segue:

Cronograma de amortização	
	Total
2021	5.375
2022	59.232
2023	34.208
2024	21.831
2025	14.642
2027 a 2030	76.420
2031 a 2035	113.613
	325.321

A Companhia tem a expectativa de recuperação de PIS e COFINS advindos dos pagamentos das contraprestações de arrendamento conforme cronograma de amortização:

Cronograma de amortização		
Fluxo de Caixa	Nominal	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento (i)	74.410	63.430
PIS e COFINS	6.883	5.867

- (i) A expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento destinados a pessoa jurídica.

Notas Explicativas

13.4 Renovações de contratos de arrendamentos

A Companhia possui contrato de parceria agrícola firmado junto a Fazenda São Benedito, de forma contínua e reiterada, desde 2007, o qual foi renovado pelo período de 15 (quinze) anos, mediante de Termo de Intenção firmado em abril de 2018 e ratificado através de Contrato de Parceria firmado em 2020, com término em 2035. Apesar do Termo de Intenção e Contratos firmados, há pendência de definição em litígio judicial envolvendo o antigo proprietário do imóvel e um terceiro credor, o que tem a potencialidade de impactar a manutenção da posse pela Companhia sobre a área objeto de parceria agrícola. Independentemente deste cenário fático-jurídico, a Companhia, respaldada por seus assessores legais, tem convicção na manutenção da posse da referida área pelo período contratual (15 anos) e envidará todos os esforços e medidas legais cabíveis e permitidas para ter seu direito preservado e assegurado.

Adicionalmente, a Companhia possui contrato de arrendamento de terras junto à Massa Falida Zulli (Fazenda Sete Placas), para o qual está em andamento uma ação declaratória pleiteando a sua renovação automática, os andamentos dessas discussões indicaram que há algum risco da Companhia não mais contar com a referidas áreas em suas atividades operacionais. Nesse contexto, o departamento jurídico da Companhia monitora a evolução desses temas e, até 31 de março de 2021, não há indicativos de perda provável como resultado dessas ações.

13.5 Divulgações complementares

A Companhia apresenta a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento descontados pela taxa nominal:

Fluxo dos contratos de arrendamentos	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	410.034	336.689	289.499	255.471	229.423
Fluxo com projeção da inflação	423.056	302.868	259.787	236.526	219.178
Variação	3,18%	-10,05%	-10,26%	-7,42%	-4,47%
Direito de uso					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	233.214	186.356	152.629	133.469	118.645
Fluxo com projeção da inflação	241.014	164.323	134.249	121.995	112.801
Variação	3,34%	-11,82%	-12,04%	-8,60%	-4,93%
Despesas financeira					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	(24.139)	(43.888)	(60.522)	(75.406)	(89.014)
Fluxo com projeção da inflação	(24.547)	(42.054)	(56.791)	(70.398)	(83.206)
Variação	1,69%	-4,18%	-6,16%	-6,64%	-6,52%
Despesa com depreciação					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	(58.143)	(105.001)	(138.728)	(157.888)	(172.712)
Fluxo com projeção da inflação	(59.078)	(98.398)	(127.268)	(144.506)	(158.410)
Variação	1,61%	-6,29%	-8,26%	-8,48%	-8,28%

Para projeção de inflação futura a Companhia utilizou o preço da soja disponível no mercado futuro até a data disponível, inflacionado pelo IPCA - FGV acumulado.

Notas Explicativas

14 Imobilizado

14.1 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2021 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo final
Terras para exploração	1.129		(1.129)		
Edificações e instalações	31.415	27	(29.570)	(1.532)	340
Máquinas e equipamentos	239.106	6.151	(40.178)	3.722	208.801
Veículos	15.301		(301)	45	15.045
Aeronaves	14.175				14.175
Móveis e utensílios	10.459	137	(413)	34	10.217
Imobilizações em curso	5.897	3.128	(4.337)	(3.124)	1.564
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10				10
Correção de solo	108.536		(7.973)		100.563
Outros imobilizados	3.766	21	(651)	855	3.991
Total	429.794	9.464	(84.552)		354.706

Depreciação (ii)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	7%	(10.103)	(244)	9.386	825	(136)
Máquinas e equipamentos	7%	(150.477)	(4.930)	23.460	(427)	(132.374)
Veículos	5%	(11.138)	(208)	242	(22)	(11.126)
Aeronaves	5%	(5.096)	(170)			(5.266)
Móveis e utensílios	4%	(7.851)	(106)	343	13	(7.601)
Correção de solo	12%	(77.356)	(2.983)	7.919		(72.420)
Outros imobilizados	9%	(2.920)	(83)	632	(389)	(2.760)
Total		(264.941)	(8.724)	41.982		(231.683)

Saldo líquidos	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Terras para exploração		1.129
Edificações e instalações	204	21.312
Máquinas e equipamentos	76.427	88.629
Veículos	3.919	4.163
Aeronaves	8.909	9.079
Móveis e utensílios	2.616	2.608
Imobilizações em curso	1.564	5.897
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	10
Correção de solo	28.143	31.180
Outros imobilizados	1.231	846
Total	123.023	164.853

Notas Explicativas

14.2 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2021 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições (i)	Baixas (i)	Transferências	Saldo final
Terras para exploração	762.412	1.129	(1.129)		762.412
Edificações e instalações	98.120	20.264	(29.678)	(1.532)	87.174
Máquinas e equipamentos	255.173	21.296	(45.887)	3.722	234.304
Veículos	15.312		(301)	45	15.056
Aeronaves	14.175				14.175
Móveis e utensílios	10.490	137	(432)	34	10.229
Imobilizações em curso	5.897	7.568	(4.337)	(3.124)	6.004
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10				10
Correção de solo	153.039		(10.886)		142.153
Outros imobilizados	3.767	21	(651)	855	3.992
Total	1.318.395	50.415	(93.301)		1.275.509

Depreciação (ii)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	4%	(28.182)	(831)	9.465	825	(18.723)
Máquinas e equipamentos	7%	(154.876)	(5.297)	25.025	(427)	(135.575)
Veículos	5%	(11.147)	(208)	242	(22)	(11.135)
Aeronaves	5%	(5.097)	(170)			(5.267)
Móveis e utensílios	4%	(7.874)	(106)	357	13	(7.610)
Correção de solo	8%	(121.859)	(2.983)	10.832		(114.010)
Outros imobilizados	9%	(2.920)	(83)	632	(389)	(2.760)
Total		(331.955)	(9.678)	46.553		(295.080)

Saldo líquidos	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Terras para exploração	762.412	762.412
Edificações e instalações	68.451	69.938
Máquinas e equipamentos	98.729	100.297
Veículos	3.921	4.165
Aeronaves	8.908	9.078
Móveis e utensílios	2.619	2.616
Imobilizações em curso	6.004	5.897
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	10
Correção de solo	28.143	31.180
Outros imobilizados	1.232	847
Total	980.429	986.440

Notas Explicativas

14.3 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (iii)	Saldo final
Terras para exploração	1.129				1.129
Edificações e instalações	29.975	180	(17)	1.277	31.415
Máquinas e equipamentos	248.381	2.069	(17.622)	6.278	239.106
Veículos	21.193	183	(6.142)	67	15.301
Aeronaves	14.175				14.175
Móveis e utensílios	10.535	178	(801)	547	10.459
Imobilizações em curso	4.076	28.006	(132)	(26.053)	5.897
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	56	(56)		10
Correção de solo	91.513			17.023	108.536
Outros imobilizados	3.655	8	(6)	109	3.766
Total	424.642	30.680	(24.776)	(752)	429.794

Depreciação (ii)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	(8.623)	(1.485)	5		(10.103)
Máquinas e equipamentos	(149.652)	(15.082)	14.257		(150.477)
Veículos	(14.207)	(895)	3.964		(11.138)
Aeronaves	(8.496)	(169)	3.569		(5.096)
Móveis e utensílios	(8.143)	(425)	717		(7.851)
Correção de solo	(64.922)	(12.434)			(77.356)
Outros imobilizados	(2.655)	(265)			(2.920)
Total	(256.698)	(30.755)	22.512		(264.941)

Saldo líquidos	2020	2019
Terras para exploração	1.129	1.129
Edificações e instalações	21.312	21.352
Máquinas e equipamentos	88.629	98.729
Veículos	4.163	6.986
Aeronaves	9.079	5.679
Móveis e utensílios	2.608	2.392
Imobilizações em curso	5.897	4.076
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	10
Correção de solo	31.180	26.591
Outros imobilizados	846	1.000
Total	164.853	167.944

Notas Explicativas

14.4 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (iii)	Saldo final
Terras para exploração	762.413		(1)		762.412
Edificações e instalações	96.680	180	(17)	1.277	98.120
Máquinas e equipamentos	264.443	2.075	(17.623)	6.278	255.173
Veículos	21.205	184	(6.145)	68	15.312
Aeronaves	14.175				14.175
Móveis e utensílios	10.571	178	(806)	547	10.490
Imobilizações em curso	4.076	28.006	(132)	(26.053)	5.897
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	10	56	(56)		10
Correção de solo	136.016			17.023	153.039
Outros imobilizados	4.613	6	(8)	(844)	3.767
Total	1.314.202	30.685	(24.788)	(1.704)	1.318.395

Depreciação (ii)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	(24.814)	(3.373)	5		(28.182)
Máquinas e equipamentos	(152.977)	(16.156)	14.257		(154.876)
Veículos	(14.215)	(896)	3.964		(11.147)
Aeronaves	(8.496)	(170)	3.569		(5.097)
Móveis e utensílios	(8.166)	(427)	719		(7.874)
Correção de solo	(109.425)	(12.434)			(121.859)
Outros imobilizados	(2.658)	(262)			(2.920)
Total	(320.751)	(33.718)	22.514		(331.955)

Saldo líquidos	2020	2019
Terras para exploração	762.412	762.413
Edificações e instalações	69.938	71.866
Máquinas e equipamentos	100.297	111.466
Veículos	4.165	6.990
Aeronaves	9.078	5.679
Móveis e utensílios	2.616	2.405
Imobilizações em curso	5.897	4.076
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	10	10
Correção de solo	31.180	26.591
Outros imobilizados	847	1.955
Total	986.440	993.451

- (i) Refere-se à venda de ativos imobilizados para a controlada TS Brasil S.A (Nota 10). Essa operação faz parte do processo de reorganização societária Nota 1.2.
- (ii) Parcela da depreciação reconhecida no exercício está alocada nas rubricas de Ativos biológicos e Estoques e serão realizadas mediante vendas no próximo exercício. A depreciação incluída nas demonstrações de fluxo de caixa e valor adicionado considera os valores incorridos no resultado do exercício, conforme demonstrado na Nota 25 – Despesas por natureza.
- (iii) Uma parcela do ativo imobilizado foi transferida para a rubrica de Ativos biológicos, o valor corresponde ao custo de formação do Eucalipto, em 31 de dezembro de 2020 o Eucalipto foi mensurado em sua totalidade ao valor justo, conforme demonstrado na Nota 7 – Ativos biológicos.

Notas Explicativas

14.5 Imobilizado dado em garantia

Em 31 de março de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas estão garantidos por ativos imobilizados da TS Brasil, no montante de R\$553.822 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 524.747). Sendo R\$ 86.417 garantindo operações financeiras das controladas e R\$ 467.406 da Companhia (em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 82.858 e R\$ 441.890).

Adicionalmente, em garantia de execução provisória trabalhista, foram oferecidos bens imóveis da Companhia em penhora, cujo valor da averbação é de R\$ 16.375 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 16.375), referente ao processo trabalhista divulgado na Nota 20.4 e a processo tributário.

15 Intangível

15.1 Controladora

	31 de março de 2021			31 de dezembro de 2020
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.898	(5.209)	689	1.255
Outros intangíveis	174		174	174
	<u>6.072</u>	<u>(5.209)</u>	<u>863</u>	<u>1.429</u>

15.2 Consolidado

	31 de março de 2021			31 de dezembro de 2020
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.902	(5.213)	689	1.255
Outros intangíveis	905		905	174
Ágio - Consolidado (<i>goodwill</i>)	275.484		275.484	275.484
	<u>282.291</u>	<u>(5.213)</u>	<u>277.078</u>	<u>276.913</u>

15.3 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	1.429	960	276.913	276.445
Adições		629	731	628
(-) Amortização	(25)	(160)	(25)	(160)
(-) Baixa para adequação da estrutura de capital	(541)		(541)	
(=) Saldo final	<u>863</u>	<u>1.429</u>	<u>277.078</u>	<u>276.913</u>

Notas Explicativas

15.4 Teste dos ágios para verificação de *impairment*

O ágio é alocado ao segmento agrícola, que é considerado pela Administração da Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no valor em uso dos ativos.

O valor em uso é determinado por modelos de fluxos de caixa descontados a valor presente, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseados em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso, em 31 de dezembro de 2020 foram estimadas pela Administração, com base em informações de mercado e de fontes internas, para refletir as condições econômicas atuais, e consideram:

- **Volumes de vendas** - a melhor estimativa da Administração, com base no desempenho passado, nas expectativas para o desenvolvimento do mercado, nas atuais tendências do setor, e as previsões de inflação para o longo prazo;
- **Preços de venda** - determinado com base na projeção dos preços das *commodities* de acordo com o plano de negócios da Companhia para o ano de 2021, aprovado pelo Conselho de Administração, atualizado de acordo com os contratos de vendas firmados e com os valores de mercado atuais. Nos anos seguintes, a atualização dos preços ocorreu de acordo com a projeção de mercado (CBOT e NYSE) e preço inflacionado pela expectativa de inflação americana (CPI);
- **Taxas de crescimento** - metas de inflação para o mercado nacional e norte-americano, estimada em aproximadamente, 3% (3% em 31 de dezembro de 2019);
- **Taxa de câmbio** - curva de dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- **Margem bruta** - a margem média atual aplicada sobre a receita estimada, considerando o *mix* de vendas e a expectativa de aumento de custos futuros das lavouras;
- **Outros custos operacionais** - representados pelos custos fixos, estimados com base na estrutura atual dos negócios, ajustados pelos aumentos inflacionários, sem considerar reestruturações futuras ou medidas de economias de custo; e
- **Taxa de desconto** - estimada em 9,43 % ao ano, depois dos impostos, que considera, entre outras variáveis, a estrutura de capital da Companhia e o custo de capital próprio e de terceiros. A taxa antes dos impostos em 31 de dezembro de 2020 é de 13,43% ao ano.

Como resultado dos testes efetuados, a Administração avaliou não ser necessário constituir provisão para *impairment* do ágio.

15.5 Análise de sensibilidade:

Em 31 de dezembro de 2020, data base de realização do teste anual de *impairment*, o valor recuperável estimado foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 460.000. A Administração identificou que a principal premissa para a qual alterações razoavelmente possíveis poderiam resultar em valor recuperável igual ao valor contábil seria na variação da taxa de desconto (WACC). Neste contexto, se essa premissa fosse 10% maior o valor recuperável estimado seria superior em aproximadamente R\$ 242.000 e se fosse 10% menor o valor recuperável estimado superaria o valor contábil em R\$ 735.000, ou seja, ainda em cenários alternativos não ser necessário constituir provisão para *impairment* do ágio.

Notas Explicativas

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
De insumos agrícolas				
Em moeda estrangeira	284.106	249.371	284.106	249.371
(-) Ajuste a valor presente	(8.153)	(11.708)	(8.153)	(11.708)
Em moeda nacional	30.058	37.813	30.058	37.813
(-) Ajuste a valor presente	(698)	(1.111)	(698)	(1.111)
Diversos - em moeda nacional	14.353	16.071	14.451	16.087
	<u>319.666</u>	<u>290.436</u>	<u>319.764</u>	<u>290.452</u>

A Companhia efetua o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre a compra dos insumos com prazo de pagamento superior a 90 dias, utilizando a taxa média de 6,29% a.a. (2020 – 7,17% a.a.) para os fornecedores de insumos agrícolas, que a Administração entende ser o custo financeiro médio das suas operações com fornecedores.

Em 31 de março de 2021 os saldos em moeda estrangeira, Controladora e Consolidado, totalizam US\$ 49.869 mil (em 31 de dezembro de 2020 - US\$ 47.989 mil, Controladora e Consolidado).

17 Empréstimos e financiamentos

		Custo médio ponderado		Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Modalidade	Indexador						
Moeda Nacional							
Aquisição de Imobilizado	R\$	4,53% a.a.	8,06% a.a.	1.958	14.247	4.856	14.247
Crédito à Exportação	R\$	11,08% a.a.	10,39% a.a.	31.236	49.405	57.040	49.405
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	10,25% a.a.	9,30% a.a.	58.538	83.344	90.317	83.344
		10,38% a.a.	9,55% a.a.	91.732	146.996	152.213	146.996
Moeda Estrangeira							
Crédito à Exportação	US\$ + Libor 6	5,47% a.a.	5,78% a.a.	859.719	950.939	927.616	950.939
		5,47% a.a.	5,78% a.a.	859.719	950.939	927.616	950.939
Total		6,16% a.a.	6,29% a.a.	951.451	1.097.935	1.079.829	1.097.935
Circulante				(951.451)	(482.035)	(1.079.829)	(482.035)
Não Circulante					615.900		615.900

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2021, o montante da dívida alocado no longo prazo foi reclassificado para o circulante em sua totalidade em razão da quebra de *covenants* com a obtenção de *waivers* subsequente a data base dessas demonstrações financeiras intermediárias (Nota 1.4). Os vencimentos das parcelas que serão liquidadas após o período de doze meses, conforme datas de pagamentos vigentes na data de encerramento dessas informações contábeis intermediárias é como segue:

Modalidade	Saldo contábil	Controladora		
		2022	2023	2024 a 2025
Moeda Nacional				
Crédito à Exportação	28.704		28.704	
Crédito Rural, Custeio e Projeto	3.168	1.501	1.667	
	31.872	1.501	30.371	
Moeda Estrangeira				
Crédito à Exportação	578.841	100.782	100.782	377.277
	578.841	100.782	100.782	377.277
Total	610.713	102.283	131.153	377.277

Modalidade	Saldo contábil	Consolidado		
		2022	2023	2024 a 2025
Moeda Nacional				
Aquisição de Imobilizado	1.065		1.065	
Crédito à Exportação	43.703	5.000	38.703	
Crédito Rural, Custeio e Projeto	23.797	18.796	5.001	
	68.565	23.796	44.769	
Moeda Estrangeira				
Crédito à Exportação	606.240	128.181	100.782	377.277
	606.240	128.181	100.782	377.277
Total	674.805	151.977	145.551	377.277

Em 31 de dezembro de 2020, os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante na controladora e no consolidado estão demonstrados como segue:

Modalidade	Saldo contábil	2024 a 2025		
		2022	2023	2025
Moeda Nacional				
Aquisição de Imobilizado	2.130	1.065	1.065	
Crédito à Exportação	43.167	33.167	10.000	
Crédito Rural, Custeio e Projeto	17.630	15.963	1.667	
	62.927	50.195	12.732	
Moeda Estrangeira				
Crédito à Exportação	552.973	116.918	91.927	344.128
	552.973	116.918	91.927	344.128
Total	615.900	167.113	104.659	344.128

Notas Explicativas

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.097.935	325.712	40.111	19.493	1.483.251
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(81.497)	(18.319)	(29.731)	(1.528)	(131.075)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	12.116				12.116
(-) Amortização de passivos	(93.505)	(18.319)		(1.665)	(113.489)
(-) Pagamentos de custos de captação	(108)				(108)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - financeiro			(29.731)		(29.731)
(+) Adesão parcelamento				137	137
Outras variações	63.391	17.928	30.820	(2.779)	109.360
(+) Aquisição de imobilizado financiados	8.652				8.652
(+) Atualizações juros	20.723	11.873			32.596
(-) Amortizações juros	(6.803)	(1.585)		(1)	(8.389)
(-) Com pensações com contas a receber de clientes PPE	(50.613)				(50.613)
(+/-) Ajustes MTM			48.554		48.554
(+/-) Atualizações variação cambial	89.612	45.846			135.458
(-) Amortização de parceria agrícola		(38.206)			(38.206)
(-) Outras variações				(2.778)	(2.778)
(-) Amortização variação cambial	(181)				(181)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - operacional			(17.734)		(17.734)
(+) Custos de captação apropriado como o despesa	2.001				2.001
Saldos em 31 de março de 2021	1.079.829	325.321	41.200	15.186	1.461.536

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2020	829.738	202.147	13.686	24.401	1.069.972
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(32.050)	(7.187)		(1.510)	(40.747)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	22.733				22.733
(-) Amortização de passivos	(54.783)	(7.187)		(1.510)	(63.480)
Outras variações	225.089	14.434	(5.772)	234	233.985
(+) Adição novos contratos		336			336
(+) Atualizações juros	13.343	4.365		1.057	18.765
(-) Amortizações juros	(1.560)	(742)		(823)	(3.125)
(+/-) Ajustes MTM			(5.865)		(5.865)
(+/-) Atualizações variação cambial	212.635	21.291			233.926
(-) Amortização de parceria agrícola		(10.816)			(10.816)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - operacional			(11.638)		(11.638)
(+) Depósito de margem			11.731		11.731
(+) Custos de captação apropriado como o despesa	671				671
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.022.777	209.394	7.914	23.125	1.263.210

17.1 Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, aval, fiança, fiel depositário, hipoteca, nota promissória e penhor rural. Em relação as modalidades hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis, as terras estão registradas no ativo imobilizado da Companhia conforme Nota 14.5.

Adicionalmente, a integralidade das ações da controlada TS Brasil S.A. foram concedidas em penhor para os bancos Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) e Bradesco S.A. (“Bradesco”). Atualmente, essa controlada possui como principal ativo terras que estão sendo cultivadas pela Companhia e, esses ativos estão em grande parte já concedidos em hipoteca aos mesmos credores e/ou outros bancos.

Notas Explicativas

17.2 *Covenants* e outros compromissos

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros são mantidas cláusulas de *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas, a medição destas cláusulas é realizada no encerramento de cada exercício social.

Além dos contratos com medições do encerramento de cada exercício, existem também um determinado contrato com medições trimestrais, para o qual a Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas. Em 31 de março de 2021, o *covenant* do empréstimo mantido junto ao Banco Bunge do Brasil não foi atendido, mas a Administração obteve o *waiver* antes da referida data base.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os contratos celebrados possuem *covenants* financeiros padronizados sobre as demonstrações financeiras, conforme segue:

- a) Itaú Unibanco e Bradesco (medição anual):
 - Limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- b) Banco do Brasil (medição anual):
 - Limite para relação de 2,3 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- c) Santander (medição anual):
 - Limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação mínima dos principais acionistas da Companhia.
- d) Bunge do Brasil (medições trimestrais e anual):
 - Liquidez corrente superior a 0,9.
- e) AlmaStone Opportunitie (medição anual):
 - Limite para relação de 6,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Liquidez corrente superior a 0,9;
 - Limite para relação de 0,95 vezes Dívida x Patrimônio líquido.

No âmbito dos contratos de financiamentos firmados junto aos bancos Itaú e Bradesco, a Companhia possui junto as instituições financeiras um incentivo a liquidação antecipada, que consiste em um *fee letter* (despesa), o qual torna-se crescente na ausência de liquidação antecipada dos contratos, ou seja, esse valor iniciou com saldo zero e crescerá gradativamente até 2025 (Bradesco e Itaú), quando atingirá o montante de US\$ 10.594 mil, equivalentes a R\$ 60.354 em 31 de março de 2021.

Em 15 de dezembro de 2020 foi assinado pelo Banco Bradesco e Companhia carta de *waiver*, afastando as condições precedentes que impediam o alongamento da dívida, diante disso a Companhia contabilizou a operação conforme fluxo renegociado, incluindo a repercussão sob o *fee letter*. Contudo a nova repactuação trouxe uma cláusula de vencimento antecipado caso as garantias não sejam devidamente registradas em 180 dias a contar da data de assinatura da carta *waiver*.

Notas Explicativas

Os valores da tabela a seguir, em milhares de dólares norte-americanos, somente serão devidos quando da ausência de liquidação antecipada da dívida, ou ao final do contrato.

Período	Itaú US\$	Bradesco US\$	Total US\$
15/06/2021	655	429	1.084
15/12/2021	651	427	1.078
15/06/2022	655	429	1.084
15/12/2022	651	427	1.078
15/06/2023	655	429	1.084
15/12/2023	655	427	1.082
15/06/2024	655	429	1.084
15/12/2024	651	429	1.080
15/06/2025	655	429	1.084
15/12/2025		856	856
	5.883	4.711	10.594

Em 31 de março de 2021, a Companhia tem provisionado a título de *fee letter* o montante de R\$ 28.955 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 23.598).

18 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Cientes nacionais	17.944	13.248	17.944	13.248
Cientes estrangeiros	54.086	175.772	54.086	175.772
	72.030	189.020	72.030	189.020

Em 31 de março de 2021, os valores da Controladora e do Consolidado, em moeda estrangeira, correspondem a US\$ 9.494 mil (em 31 de dezembro de 2020 - US\$ 31.254 mil, Controladora e Consolidado).

A Companhia possui adiantamentos que correspondem a R\$ 76.411 sobre os quais incidem taxas de juros entre 9,0% a 10% a.a. (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 110.880 incidem taxas de juros entre 9,0% a 10% a.a.).

Notas Explicativas**19 Tributos parcelados**

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
ICMS	955	1024	974	1.050
PRT (i)				2.778
Previdenciário	13.441	14.819	13.768	15.176
Outros			444	489
	14.396	15.843	15.186	19.493
Circulante	(6.269)	(6.214)	(6.606)	(7.369)
Não circulante	8.127	9.629	8.580	12.124

20 Provisão para contingências

A Administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora					
	2021			2020		
Causas	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	28.987	(13.016)	15.971	29.062	(13.192)	15.870
Tributárias	10.515		10.515	11.622		11.622
Cíveis	1.298		1.298	1.232		1.232
Total	40.800	(13.016)	27.784	41.916	(13.192)	28.724
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			6.152			6.014

	Consolidado					
	2021			2020		
Causas	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	28.987	(13.016)	15.971	29.063	(13.192)	15.871
Tributárias	10.515		10.515	11.622		11.622
Cíveis	1.604		1.604	1.530		1.530
Total	41.106	(13.016)	28.090	42.215	(13.192)	29.023
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			6.171			6.033

Notas Explicativas

20.1 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para os quais não mantêm provisão para contingências nos montantes totais de R\$ 6.152 e R\$ 6.171 na controladora e consolidado, respectivamente (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 6.014 e R\$ 6.033, respectivamente).

20.2 Movimentação das provisões cuja perda é provável

a. Controladora – 1º de janeiro a 31 de março de 2021

Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	15.870	11.622	1.232	28.724
Novos processos e complementos	63	5	41	109
Liquidações no período	(1.001)	(1.188)	(21)	(2.210)
Depósitos judiciais relacionados	176			176
Encargos financeiros no exercício	863	76	46	985
Saldos em 31 de Março de 2021	15.971	10.515	1.298	27.784

b. Controladora – 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020

Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	7.054	12.115	539	19.708
Novos processos e complementos	20.190	2.049	680	22.919
Liquidações no período	(2.038)	(2.812)	(38)	(4.888)
Depósitos judiciais relacionados	(10.684)			(10.684)
Encargos financeiros no exercício	1.348	270	51	1.669
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.870	11.622	1.232	28.724

c. Consolidado – 1º de janeiro a 31 de março de 2021

Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	15.871	11.622	1.530	29.023
Novos processos e complementos	63	5	41	109
Liquidações no período	(1.001)	(1.188)	(21)	(2.210)
Depósitos judiciais relacionados	176			176
Encargos financeiros no exercício	862	76	54	992
Saldos em 31 de Março de 2021	15.971	10.515	1.604	28.090

Notas Explicativas

d. Consolidado – 1º de janeiro a 31 de dezembro 2020

Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	7.054	12.115	824	19.993
Novos processos e complementos	20.190	2.049	682	22.921
Liquidações no período	(2.038)	(2.812)	(45)	(4.895)
Depósitos judiciais relacionados	(10.683)			(10.683)
Encargos financeiros no exercício	1.348	270	69	1.687
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.871	11.622	1.530	29.023

20.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas demonstrações financeiras:

Causas	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Tributárias	162.541	156.674
Trabalhistas	2.081	2.576
Cíveis	71.265	48.789
	235.887	208.039

a. Tributárias

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo; supostos recolhimentos a menor de percentual de diferencial de alíquota em operações estaduais; aproveitamento indevido de créditos de ICMS, referentes à compra de energia elétrica; indeferimentos de pedidos de compensação de créditos de IPI; ausência de declaração de valores referentes à contribuições em guias de recolhimento de FGTS e informações à Previdência Social (GFIP); supostos recolhimentos inferiores ao devido de contribuição previdenciária da agroindústria (SENAR); declarações de indêbitos de IRPJ e CSLL; suposta falta de recolhimento do IRRF sobre ganho de capital auferido sobre pessoas jurídicas em operação de incorporação de ações da Maeda S.A. (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A) pela Companhia; autos de infrações de cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita bruta proveniente das exportações da produção rural de algodão e soja através de tradings e manifestações de inconformidade referentes a Pedidos Eletrônicos de Ressarcimento (PER) e Declarações de Compensação (DCOMP) para compensações de créditos presumidos de IPI; suposta taxa de fiscalização e funcionamento; suposta cobrança de ISS e taxa de alvará de abertura.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da pouca especificidade de algumas teses de defesa e, em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading cases* de casos semelhantes com decisões controvertidas.

Notas Explicativas

b. Trabalhistas

As reclamações trabalhistas com perda classificadas como possíveis cingem-se basicamente a pedidos relativos a acidentes de trabalho e/ou decorrentes das atividades laborais; indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos; adicionais de insalubridade; reversão de justa causa; horas extraordinárias e reflexos; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS.

Tratam-se de reclamações usualmente promovidas por ex-colaboradores, pleiteando as verbas e direitos supostamente devidos pela Companhia no interregno do vínculo de trabalho.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as mesmas como possíveis em razão da existência de vasta documentação comprovando o correto pagamento das verbas; além da existência de documentos comprovando a real jornada de trabalho (cartão de ponto); entrega de equipamentos de proteção individual (EPI); treinamentos e orientações de segurança; exames médicos; investigações de acidentes e eventuais desvios de condutas dos colaboradores para aplicação de demissão por justa causa, além de outros documentos referentes ao contrato de trabalho.

c. Cíveis

As ações judiciais cíveis com perda classificadas como possíveis apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrente de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.

FWA Empreendimentos e Participações S.A.

No terceiro trimestre de 2017, a FWA Empreendimentos e Participações S.A. ("FWA"), ajuizou ação de Rescisão Contratual com pedido de Antecipação de Tutela, cujo objetivo é a rescisão do contrato de Compra e Venda de Bens Imóveis e suas benfeitorias, firmado na data de 30 de setembro de 2014 com a Companhia, e por consequência, a rescisão do termo aditivo ao arrendamento e a devolução de caminhões que constituíram a forma de pagamento. Parcialmente deferida a antecipação de tutela em favor da parte autora no sentido de suspender os atos de plantio sobre a área arrendada para a safra 2017/2018, interposto agravo de instrumento no Tribunal de Justiça pela parte Companhia para anular a decisão, visto que já fora efetuado o plantio em aproximadamente 70% da área arrendada litigada. O agravo de instrumento foi julgado improcedente. Interposto agravo regimental, que teve parcial provimento, permitindo à Companhia finalizar o plantio de soja no restante da área litigada. A FWA apresentou agravo interno, sendo o mesmo parcialmente provido para limitar o plantio da safra de soja. Em primeira instância, por sua vez, após a juntada dos acórdãos e decisões proferidas nos agravos de instrumento, em 03 de dezembro de 2018 foi proferida decisão sobre as provas requeridas pelas partes, a Terra Santa se manifestou requerendo a redesignação da audiência de instrução e julgamento, pois uma das testemunhas arroladas pela ré não poderia comparecer. Assim, a audiência foi cancelada, por ter optado o juízo em ouvir as testemunhas através de carta precatória e intimando a FWA a se manifestar sobre os embargos de declaração. A Terra Santa embargou da decisão, apontando obscuridade, uma vez que não requereu fosse a audiência redesignada para oitiva das testemunhas em Nova Mutum - MT. Aguarda-se a apreciação do recurso. Em 21 de março de 2019, a FWA juntou sua manifestação aos embargos opostos pela Terra Santa contra a decisão que indeferiu a juntada de novos documentos pela

Notas Explicativas

ré. Em segundo grau, o Tribunal de Justiça negou provimento aos embargos de declaração, condenando ainda a Terra Santa ao pagamento de multa no percentual de 1% sobre o valor da causa. Foi interposto recurso especial contra o acórdão que aguarda julgamento. O recurso especial foi inadmitido, tendo sido interposto agravo de instrumento. Os autos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça. O STJ deu provimento parcial ao recurso determinando a anulação dos acórdãos dos embargos de declaração opostos em segundo grau. Em face dessa decisão foi interposto agravo interno objetivando tão somente a reforma da decisão para reconhecimento do prequestionamento da tese de preclusão ao direito de recorrer da FWA (preclusão). O STJ negou provimento ao recurso da Companhia. Foram opostos embargos de declaração pela Companhia objetivando esclarecimento sobre a tese de preclusão de recorrer da FWA, tendo o recurso sido rejeitado pelo STJ. Os autos retornaram ao TJMT em razão da anulação pelo STJ dos acórdãos dos embargos de declaração opostos em segundo grau. Na hipótese de reversão do julgamento do agravo interposto pela FWA a Companhia deterá o direito de imissão na posse do imóvel.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam essa causa como possível e avaliam que na hipótese de derrota no referido processo a condenação será fixada em R\$ 8.467 em 31 de março de 2021 (R\$ 8.244 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de março de 2021, a Companhia possui registrado na rubrica de “Outros ativos”, no ativo não circulante, o valor de R\$ 14.275 (em 31 de dezembro de 2020- R\$ 14.275) referente a adiantamentos realizados sobre o contrato de arrendamento mencionado, montante esse que poderia ser considerado não realizável somente em eventual decisão desfavorável.

Espólio de J.L.F. - pessoa física

Trata-se de ação reivindicatória ajuizada por João Luiz Fabre e outros em face de Laerte Mioranza e Outros, com o objetivo de reintegrar à posse dos imóveis objeto da demanda, situados em Nova Mutum/MT, sob a alegação de terem sido indevidamente alienados pelos Réus em favor de terceiros. Com isso, requerem, ainda, o pagamento de reparação de danos pelo uso das terras. Os Réus apresentaram contestação e os Autores réplica. Foi deferida produção de prova oral e pericial para delimitação da área reivindicada. Encerrada a fase de instrução, foi proferida sentença de procedência, em 20 de agosto de 2019, reconhecendo como de propriedade dos Autores as áreas reivindicadas, além de condenar os Réus ao pagamento de reparação do dano, cujo valor será apurado em liquidação de sentença; foi deferida antecipação de tutela, consistente na reintegração de posse dos imóveis, consignando-se que na hipótese da área estar plantada, os Autores apenas terão a reintegração efetivada após a integral colheita. Foi reconhecida, ainda, a responsabilidade dos Réus Laerte Mioranza, Denice Cassol Mioranza, Juventino Domingos Mioranza e Geni Fochezato Mioranza, pela evicção, em relação aos denunciados à lide Ricardo Augusto de Souza e Silva e Lenir Marcondes Viana Souza e Silva (antigos proprietários). Com o recebimento do mandado de reintegração pela Terra Santa, a Companhia ingressou nos autos na condição de Terceira Interessada, e interpôs recurso de apelação. Em Segunda Instância, a Companhia apresentou Requerimento de atribuição de efeito suspensivo à apelação, o qual foi acolhido pelo TJ/MT, determinando a devolução da posse da área à Companhia. Em 27 de setembro de 2019, foi certificada pelo Oficial de Justiça a devolução da posse do imóvel à Terra Santa. Após apresentação de contrarrazões pelos Autores os autos foram remetidos ao TJMT para julgamento das apelações interpostas. Em 4 de maio de 2020, o Tribunal de Justiça negou provimento as apelações do Réus, em face do acórdão do TJMT foram opostos embargos de declaração objetivando sanar os vícios constantes na decisão colegiada, o qual foi improvido pelo TJMT. Em janeiro de 2021, foi interposto recurso especial contra o acórdão que aguarda julgamento. Em decorrência dos efeitos do acórdão da apelação os Autores deram início ao cumprimento provisório da decisão tendo a área objeto do litígio sido reintegrada em 12 de agosto de 2020.

O escritório e advogados responsáveis classificam essa causa como possível e avalia que na hipótese de decisão desfavorável o prejuízo econômico será fixado em R\$ 7.284 em 31 de março de 2021 (R\$ 7.030 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

20.4 Outras informações

As demais ações consideradas relevantes pela Administração da Companhia são:

a. Reclamações trabalhistas

Em 17 de março de 2009, a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com M. C. de M. (cláusula penal) e pedido indenizatório em razão de suposta estabilidade. A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias, sendo que o Reclamante deu início a execução provisória da sentença. Na data de 15 de setembro de 2015 foi expedida Carta Precatória para o município de Nova Mutum/MT para penhora dos bens imóveis oferecidos em garantia pela Companhia, conforme divulgado na Nota 14.5. Por não haver mais recursos a serem interpostos, em 19 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado da sentença, iniciando-se a execução definitiva da condenação culminando no bloqueio de R\$ 1.528. Em junho de 2019 foi ajuizada Ação Rescisória, de competência originária do TST, com distribuição de pedido de tutela cautelar, que foi concedida em 1 de julho de 2019, suspendendo a execução e todas as ordens de bloqueio de contas até o julgamento da referida ação. Contra o deferimento da cautelar foi interposto agravo interno pelo Reclamante, em 4 de julho de 2019, mas que restou desprovido pelo Presidente do TST em 11 de julho de 2019. Em sessão realizada no dia 27 de outubro de 2020, a Ação Rescisória foi pautada para julgamento, oportunidade em que o Ministro Relator iniciou proferimento de voto julgando a demanda procedente a fim de reconhecer a incompetência da Justiça do Trabalho e, conseqüentemente, anulando toda a Reclamação Trabalhista promovida. Nesta mesma sessão, após sustentação oral realizada pelas partes, três ministros requereram vista do processo, inclusive o ministro relator. No dia 10 de novembro de 2020 referido caso foi pautado pelo ministro relator, oportunidade em que, diferentemente do observado na sessão anterior, foi proferido voto julgando a Ação Rescisória improcedente, de modo que a cautelar deferida anteriormente restou prejudicada. Desde a publicação do acórdão a Companhia tem adotado todas as medidas processuais cabíveis relativamente à referida decisão.

Em 30 setembro de 2020, o valor da condenação era de R\$ 23.450, dos quais a Companhia provisionava o montante de R\$ 6.638 em 30 setembro de 2020, sendo que o restante do valor atualizado da condenação, correspondente à R\$ 16.811, antes considerado como possível pela Companhia e seus advogados, passou a ser provisionado integralmente, em valores originais (R\$ 23.255 e provisionamento no montante de R\$ 6.443, ambos de 30 de junho de 2020, e o restante do valor da condenação de R\$ 16.811). O valor atualizado da condenação é de R\$ 26.796 em 31 março de 2021 (R\$ 26.008 em 31 de dezembro de 2020), sendo que a Companhia provisiona integralmente esse valor.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

Em 31 de março de 2021, o capital social é de R\$ 2.780.606 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 2.780.573), dividido em 21.781.771 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2020 - 21.779.313). Adicionalmente, a Companhia possui R\$ 20.851 de gastos com emissão de ações, referente ao processo de abertura de capital, como conta redutora do capital, totalizando R\$ 2.759.754 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 2.759.721).

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2019, foi aprovada a proposta de aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 50.000, mediante a emissão privada de 3.700.963 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 13,51 (treze reais e cinquenta e um centavos) por ação, bem

Notas Explicativas

como a emissão de 7.401.926 bônus de subscrição, que serão conferidos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações emitidas.

Durante o prazo para o exercício do direito de preferência, encerrado em 3 de junho de 2019, foram subscritas 3.498.503 novas ações, ao preço de emissão de R\$ 13,51 ação, o que resultou em um aporte de recursos para a Companhia no valor total de R\$ 47.264. Tendo em vista que o número de sobras de novas ações não subscritas durante o exercício de exercício do direito de preferência ("Sobras") solicitadas foi superior ao total de Sobras disponíveis, as 202.460 Sobras foram rateadas, alocadas e integralizadas pelos subscritores, perfazendo um montante de R\$ 2.736.

Verificou-se nos meses de dezembro de 2020 a março de 2021, o exercício de 2.458 bônus de subscrição e emissão de 2.458 ações ordinárias aos titulares dos referidos bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia. Os conselheiros consignaram que os valores pagos no exercício dos bônus de subscrição serão integralmente destinados ao capital social.

Em linha com a proposta de aumento de capital, em 2021, a Companhia registrou em seu patrimônio líquido o montante de R\$ 33, referentes a 2.458 ações, sendo essas parte das ações conferidas como vantagem adicional aos subscritores.

21.2 Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

- 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.
- 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembleia para destinação.

22 Instrumentos financeiros derivativos

22.1 Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado, câmbio, liquidez e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

22.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio e de terceiros.

A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de empréstimos e financiamentos (Nota 17.2). Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Notas Explicativas

22.3 Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros. Conforme descrito na Nota 2, exceto pelo tópico 2.2.1, as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelas adoções das novas normas.

22.4 Categoria de instrumentos financeiros

		Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Classificação					
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	6.437	48.606	8.253	82.804
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	89.310	18.985	93.788	18.990
Títulos a receber	Custo amortizado	14.839	18.703	15.237	19.101
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	12.277		12.277	
Depósitos judiciais	Custo amortizado	6.152	6.014	6.171	6.033
		<u>129.015</u>	<u>92.308</u>	<u>135.726</u>	<u>126.928</u>
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	319.666	290.436	319.764	290.452
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	951.451	1.097.935	1.079.829	1.097.935
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	325.321	325.712	325.321	325.712
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	53.477	57.334	53.477	57.334
Títulos a pagar	Custo amortizado	8.615	6.440	10.261	6.882
Tributos parcelados	Custo amortizado	14.396	15.843	15.186	19.493
Partes relacionadas	Custo amortizado		55.237		
		<u>1.672.926</u>	<u>1.848.937</u>	<u>1.803.838</u>	<u>1.797.808</u>

Em função das operações da Companhia apresentarem natureza comercial e atenderem ao critério de somente principal mais juros, foram classificadas ao “custo amortizado”.

22.5 Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, títulos a pagar e mútuos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas aplicam o Pronunciamento Técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).
- Para os contratos de câmbio a termo, o valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.

Em 31 de março de 2021 os instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado estão classificados no Nível 2 no montante líquido de R\$ 48.554 (passivo circulante). Em 31 de dezembro de 2020 R\$ 40.111 (passivo circulante).

22.6 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

22.7 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Comitê Estratégico Financeiro tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Os riscos operacionais da Companhia são constantemente avaliados pela auditoria interna, a qual se reporta diretamente ao Conselho Fiscal, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, foi criado o Comitê Operacional de Riscos, órgão não estatutário e composto pela diretoria da Companhia, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(i) *Risco de crédito*

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

Notas Explicativas

A Administração mantém procedimentos de cobrança de clientes, conforme segue:

- (a) Créditos vencidos acima de 30 (trinta) dias: Efetuar notificação extrajudicial, informando antecipadamente a contraparte quanto a inclusão nos cadastros de restrição ao crédito.
- (b) Cadastramento em órgão de restrição ao crédito: A contraparte será incluída no cadastro de restrição ao crédito após 30 dias decorridos da confirmação do recebimento da notificação extrajudicial.
- (c) Créditos vencidos acima de noventa dias: Será realizada cobrança judicial, reunindo todos os documentos referentes à operação da negociação realizada.

A Companhia e suas controladas efetuam a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas, estabelecendo uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados, principalmente *trading companies*.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes e títulos a receber em 31 de março de 2021:

			Controladora		Consolidado	
Nível	Rating	Taxa	Saldo contábil	Provisão	Saldo contábil	Provisão
Contas a receber de clientes						
Risco baixo	A	0,1%	57.382	(79)	57.382	(79)
Risco razoavel	B	0,5%	32.029	(160)	36.529	(182)
Duvidoso	C	10,0%	153	(15)	153	(15)
Perda	D	100,0%			196	(196)
			89.564	(254)	94.260	(472)
Titulos a receber						
Risco baixo	A	0,1%	10.753	(11)	10.753	(11)
Risco razoavel	B	0,5%	606	(3)	1.006	(5)
Duvidoso	C	10,0%	4.004	(400)	4.004	(400)
Perda	D	100,0%	5.479	(5.479)	5.499	(5.499)
			20.842	(5.893)	21.262	(5.915)
			110.406	(6.147)	115.522	(6.387)

A Administração entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe a Companhia a riscos significativos de crédito. A Companhia considera o saldo de contas a receber de clientes e títulos a receber como exposto a este risco. Em 31 de março de 2021, o saldo é de R\$ 110.406 na controladora e R\$ 115.522 no consolidado (R\$ 46.972 na controladora e R\$ 47.593 no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir e, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

Notas Explicativas

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

No período findo em 31 de março de 2021, a Companhia efetuou pagamentos de empréstimos e financiamentos, incluindo custos de captação e juros, às instituições financeiras no montante de R\$ 100.489 (em 31 de março de 2020 - R\$ 55.672), no consolidado. A Companhia não possuía linhas de créditos contratadas em 31 de março de 2021 que não estivessem sendo utilizadas, porém possui linhas de créditos disponíveis que podem ser contratadas, caso seja necessário.

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
				Total
Em 31 de março de 2021				
Fornecedores	328.615			328.615
Empréstimos e financiamentos	1.079.829			1.079.829
Arrendamentos a pagar	89.186	63.368	107.464	506.637
Instrumentos financeiros derivativos	53.477			53.477
Tributos parcelados	7.692	6.433	3.110	17.235
Títulos a pagar	8.341	1.920		10.261
	<u>1.567.140</u>	<u>71.721</u>	<u>110.574</u>	<u>1.996.054</u>

Os valores acima apresentados referem-se ao fluxo de caixa não descontado.

(iii) Risco de taxa de câmbio

A Companhia tem compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira. A Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração os seguintes aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas à moeda estrangeira; (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados à moeda estrangeira e; (iii) a Companhia adotava a prática de *hedge accounting*, designando suas dívidas expostas à variação do risco cambial como *hedge* tanto das suas vendas futuras para fins de exportação, bem como vendas futuras indexadas ao dólar norte-americano, como descrito na Nota 22.8. Em 31 de março de 2021, a Companhia possui dívidas expostas à variação do risco cambial designadas ao *hedge* no montante de R\$ 702.578, equivalentes a US\$ 121.554 mil (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 620.403, equivalentes a US\$ 119.391 mil).

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de março de 2021 que está vinculado as variações da moeda estrangeira. Para fins de análise de sensibilidade, a Administração adotou como cenário I (provável) a taxa de mercado futuro vigente na data-base de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II (possível) esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III (remoto) em 50%.

Notas Explicativas

Descrição	Saldos em 2021 em US\$ mil	Cenário I - Provável						25%		50%	
		Cenário I - Provável		Cenário II - Possível		Cenário III - Remoto					
		Taxa	(*)	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa
Ativos											
Depósitos bancários - em moeda estrangeira	318	5,2774849		(133)	6,5969	420	7,9162			839	
Contas a receber de clientes	12.735	5,2774849		(5.343)	6,5969	16.802	7,9162			33.605	
Passivos											
Fornecedores de insumos	49.869	5,2774849		20.921	6,5969	(65.796)	7,9162			(131.593)	
Arrendamentos a pagar (i)	56.664	5,2774849		23.772	6,5969	(74.761)	7,9162			(149.523)	
Empréstimos e financiamentos (ii)	162.825	5,2774849		68.308	6,5969	(214.827)	7,9162			(429.654)	
Efeito líquido no resultado				107.524		(338.163)				(676.325)	
Passivos											
Empréstimos e financiamentos (iii)	121.554	5,2774849		50.994	6,5969	(160.375)	7,9162			(320.750)	
Efeito líquido no resultado abrangente				50.994		(160.375)				(320.750)	
Efeito líquido total no patrimônio líquido				158.518		(498.538)				(997.075)	

(*) A taxa de conversão (R\$ 5,2774849 para US\$ 1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável para os próximos 12 meses foi obtida na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na data base de 31 de março de 2021.

(i) Os contratos de arrendamento estão valorizados pela *commodities*, cujo valor está em dólar.

(ii) Empréstimos e financiamentos não designados no *hedge accounting* e com efeito no resultado do exercício.

(iii) Empréstimos e financiamentos designados no *hedge accounting* e com efeito no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de venda em dólar norte-americano de produtos agrícolas, conforme divulgado na Nota 29 no montante de US\$ 94.937 mil, as quais, não foram adicionados na tabela acima, já que ainda não foram faturadas e, portanto, não estão registrados nas contas a receber de clientes.

(iv) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados pela variação da LIBOR, expondo estes passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade abaixo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Em linhas gerais o risco da Companhia está atrelado à variação da Libor, pois os principais contratos estão vinculados a este indexador. Para efeito de análise de sensibilidade de empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2021, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2021. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi corrigida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Notas Explicativas

Modalidade	Saldos em 2021	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Taxa (*)	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)
Aplicações financeiras							
CDI	105	1,90%		2,38%		2,85%	
Empréstimos e financiamentos							
Libor 6 meses	927.616	0,26%	(2.390)	0,32%	(2.987)	0,39%	(3.585)
Efeito líquido no resultado			<u>(2.390)</u>		<u>(2.987)</u>		<u>(3.585)</u>

(*) As taxas utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram extraídas nos sites dos órgãos oficiais de divulgação dos respectivos índices.

(v) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado são representados, substancialmente, por empréstimos e financiamentos que são corrigidos por taxas de juros variáveis, conforme divulgado nas respectivas notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores substancialmente com vencimento em curto prazo. No entendimento da Administração devido a essas características o valor justo destes instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(vi) Risco dos preços das commodities

A Companhia produz e comercializa soja, milho, girassol e derivados de algodão (caroço e pluma), produtos esses caracterizados como *commodities* agrícolas e oriundos de produção própria.

As *commodities* são negociadas no Brasil e no exterior e possibilitam a adoção de ferramentas de proteção de preços. A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente aos clientes com entrega física.

A Companhia gerencia o risco de exposição a *commodities*, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

Notas Explicativas

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são utilizados para fins especulativos.

Tipo	2021			2020		
	Valor de referência (notional), em USD mil	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$	Valor de referência (notional), em USD mil	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$
Ativo						
NDF de valor justo (USD)			14.534			62.233
Commodities preço - Algodão			20.623			54.703
Commodities preço - Soja	1.028	11.846	55.547	2.684	17.223	17.234
Passivo						
NDF de valor justo (USD)	(64.250)	(23.263)	(50.193)	(55.250)	(17.335)	(105.902)
Commodities preço - Algodão	(12.310)	(27.215)	(44.254)	(22.528)	(34.069)	(120.991)
Commodities preço - Soja	(1.091)	(2.568)	(44.811)	(1.467)	(5.930)	
	(76.623)	(41.200)	(48.554)	(76.561)	(40.111)	(92.723)

22.8 Hedge accounting

Conforme descrito na Nota 2.2, em 12 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros, não designados, foram contabilizadas diretamente a resultado do exercício.

Desde agosto de 2013, a Companhia efetuava a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting*, para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa das receitas de exportação de soja, algodão em pluma, caroço de algodão e milho, documentando: (i) o relacionamento do *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o *hedge*; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas).

Notas Explicativas

Os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

	31 de março de 2021	31 de março de 2020
No início do exercício	(124.807)	(21.485)
Varição do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(62.809)	(169.839)
Parcela ineficaz transferida para o resultado financeiro	5.299	
No final do período	<u>(182.317)</u>	<u>(191.324)</u>

	Exercício de realização		
Contrato de financiamentos	2021	2022	Total Geral
Crédito à Exportação (PPE)	(65.436)	(116.466)	(181.902)
Crédito à Exportação (ACC)		(415)	(415)
Efeito no patrimônio líquido	<u>(65.436)</u>	<u>(116.881)</u>	<u>(182.317)</u>

23 Remuneração dos administradores (Controladora e consolidado)

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração (fixa e variável) dos diretores e conselheiros nos exercícios foi a seguinte:

	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Remuneração de conselheiros		
Remuneração fixa	(402)	(402)
Remuneração da diretoria		
Remuneração fixa	(768)	(563)
Remuneração variável (i)	(1.926)	(580)
Encargos sociais	(234)	(192)
	<u>(3.330)</u>	<u>(1.737)</u>

- (i) Em 31 de março de 2021, foi provisionado pela administração, o montante de R\$ 1.926 referente à bônus de produtividade da safra 2020/2021, em função dos resultados positivos auferidos pela Companhia em comparação ao seu orçamento.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas Explicativas

24 Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de março de 2020	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Receita bruta de vendas e serviços	424.152	363.179	424.152	365.300
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(3.519)	(13)	(3.519)	(228)
Impostos sobre vendas	(11.857)	(14.187)	(11.857)	(14.308)
Total das deduções de vendas	(15.376)	(14.200)	(15.376)	(14.536)
Receita líquida de vendas e serviços	408.776	348.979	408.776	350.764

25 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de março de 2020	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(41.813)	(29.417)	(37.373)	(29.420)
Matéria-prima	(160.004)	(150.644)	(160.004)	(150.644)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	180.811	115.450	214.503	157.180
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(226.534)	(116.077)	(226.534)	(116.077)
Despesas com pessoal	(23.675)	(23.772)	(23.695)	(23.808)
Remuneração dos administradores	(3.330)	(1.737)	(3.330)	(1.737)
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(28.150)	(31.412)	(28.312)	(31.496)
Depreciações e amortizações	(37.107)	(22.962)	(37.524)	(23.254)
Frete, comissões e despesas portuárias	(14.043)	(11.902)	(14.043)	(11.902)
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	1.727	(2)	1.699	(2)
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável de recebíveis	2.962	3.218	2.940	3.031
Reversão de perdas estimadas de estoques	690	1.083	690	1.083
Reversão de perdas de ativos	484	80	1	80
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.216	(2.687)	4.993	(932)
	(345.766)	(270.781)	(305.989)	(227.898)

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de março de 2020	31 de março de 2021	31 de março de 2020
	(Reapresentado Nota 2.6)		(Reapresentado Nota 2.6)	
Custo dos produtos vendidos	(286.997)	(259.702)	(282.562)	(259.742)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	180.811	115.450	214.503	157.180
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(226.534)	(116.077)	(226.534)	(116.077)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(19.011)	(14.041)	(19.662)	(14.613)
Outras receitas operacionais	5.965	3.589	8.266	5.354
	(345.766)	(270.781)	(305.989)	(227.898)

Notas Explicativas

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de março de 2020	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	6	12	20	12
Ajuste a valor presente de recebíveis	64		64	
Juros ativos	2.232	690	2.232	1.185
Variações monetárias ativas				337
Descontos obtidos	2.938	2.019	2.938	2.022
	5.240	2.721	5.254	3.556
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.633)	(13.581)	(17.728)	(13.581)
Juros sobre arrendamentos	(11.873)	(4.365)	(11.873)	(4.365)
Juros passivos e multa de mora (i)	(7.253)	(6.165)	(7.052)	(1.073)
Variações monetárias passivas		(111)		(448)
Ajuste a valor presente de fornecedores de insumos	(6.069)	(1.677)	(6.069)	(1.677)
IOF	(1.204)	(488)	(1.204)	(488)
Amortização de custos de captação	(2.001)	(670)	(2.001)	(670)
Outras despesas	(1.233)	(2.864)	(1.237)	(2.869)
	(46.266)	(29.921)	(47.164)	(25.171)
Derivativos, líquidos				
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	90.704	38.590	90.704	38.590
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(139.258)	(44.455)	(139.258)	(44.455)
	(48.554)	(5.865)	(48.554)	(5.865)
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais ativas	22.442	25.478	22.442	25.478
Variações cambiais passivas	(66.226)	(95.853)	(68.106)	(95.853)
	(43.784)	(70.375)	(45.664)	(70.375)
Resultado financeiro	(133.364)	(103.440)	(136.128)	(97.855)

- (i) Refere-se substancialmente a multas e juros sobre tributos a recolher e parcelamentos tributários, juros sobre fornecedores e adiantamentos de clientes. Adicionalmente, na controladora, inclui juros sobre operações de mútuo com partes relacionadas.

(ii)

27 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de março de 2020	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	4.736	25.717	5.224	31.362
Venda de ativos a prazo	735	16.735	735	16.735
Aquisição de imobilizado financiado	8.652	9.404	8.652	9.406
Arrendamentos liquidados com produtos agrícolas	19.587	21.387	19.587	21.387
Dividendos recebidos com operação de mútuo	7.406			
Venda de imobilizado recebida com operação de mútuo	40.870			
Venda de propriedades recebida com operação de mútuo	9.763			

Notas Explicativas

28 Resultado por ação (Controladora)

28.1 Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (Nota 21). A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro (prejuízo) diluído por ação.

	Controladora	
	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Lucros (prejuízo) utilizado na apuração do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(38.282)	11.764
Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do exercício	21.781	21.657
Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)	<u>(1,7576)</u>	<u>0,5432</u>

28.2 Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: bônus de subscrição de ações, conforme mencionado na Nota 21.1. Os bônus de subscrição têm como objetivos principais garantir maior atratividade para os subscritores do aumento de capital, mitigar a diluição imediata relacionada ao aumento de capital e permitir a capitalização adicional da Companhia ao longo do prazo de três anos. Os bônus de subscrição foram emitidos em uma única série e cada bônus de subscrição, confere a seu titular o direito de subscrever uma nova ação ordinária de emissão da Companhia ao preço de exercício de R\$ 13,51 por ação.

A quantidade de bônus de subscrição ainda não convertidos em ações Companhia, é considerada como um potencial aumento de capital pressupondo-se o seu exercício.

	Controladora	
	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Prejuízo utilizado na apuração do Prejuízo básico e diluído por ação	(38.282)	11.764
Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do exercício	21.781	21.657
Conversão presumida de bônus de subscrição (milhares)		7.360
Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do exercício para o lucro diluído	21.781	29.017
Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)	<u>(1,7576)</u>	<u>0,4054</u>

Notas Explicativas

29 Compromissos (Consolidado)

29.1 Vendas futuras

Os compromissos futuros existentes em 31 de março de 2021 referem-se a Companhia e a controlada TS Brasil, como segue:

								Consolidado
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Frete	Preço	Montante
Safra 18/19								
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/20	33	1	LP	DÓLAR	CIF	0,6850	50
Safra 19/20								
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/20	1.301	5	LP	DÓLAR	CIF	0,7342	2.106
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/20	111	1	LP	REAL	CIP	3,2939	809
Algodão em Pluma (i)	Jan a Mar/21	3.412	15	LP	DÓLAR	CIF	0,7465	5.616
Algodão em Pluma (i)	Jan a Mar/21	773	1	LP	REAL	CIP	3,3700	5.746
Algodão em Pluma (i)	Jan a Mar/21	190	2	LP	REAL	FOB	4,8140	2.016
Algodão em Pluma	Abr a Jun/21	626	2	LP	DÓLAR	CIF	0,9214	1.272
Safra 20/21								
Soja em Grãos (ii)	Jan a Mar/21	10.928	2	SC	REAL	FOB	96,3500	1.053
Soja em Grãos (ii)	Jan a Mar/21	57.266	18	SC	DÓLAR	FOB	16,62	952
Algodão em Pluma	Jul a Set/21	1.750	2	LP	DÓLAR	CIF	A FIXAR	0
Algodão em Pluma	Jul a Set/21	6.415	9	LP	DÓLAR	CIF	0,72	10.250
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	7.000	6	LP	DÓLAR	CIF	A FIXAR	0
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	16.585	12	LP	DÓLAR	CIF	0,6983	25.532
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	10.000	5	LP	REAL	CIP	3,34	73.722
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	9.050	6	LP	DÓLAR	CIF	A FIXAR	0
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	5.500	4	LP	DÓLAR	CIF	0,7709	9.347
Milho em Grãos	Abr a Jun/21	6.000	1	SC	REAL	FOB	42,30	254
Milho em Grãos	Jul a Set/21	119.036	19	SC	REAL	FOB	26,24	3.124
Safra 21/22								
Soja em Grãos	Jan a Mar/22	92.000	18	SC	DÓLAR	FOB	19,38	1.783
Soja em Grãos	Jan a Mar/22	37.300	10	SC	REAL	FOB	116,13	4.332
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	4.250	8	LP	DÓLAR	CIF	0,66	6.183
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	1.250	1	LP	DÓLAR	CIP	0,65	1.791
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	250	1	LP	REAL	CIP	3,98	2.195
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	11.750	6	LP	DÓLAR	CIF	0,66	17.148
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	2.500	1	LP	DÓLAR	CIP	0,65	3.582
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	5.950	1	LP	DÓLAR	FOB	0,71	9.266
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	750	1	LP	REAL	CIP	3,98	6.584
Milho em Grãos	Jul a Set/22	9.000	2	SC	DÓLAR	FOB	6,50	59
Milho em Grãos	Jul a Set/22	10.200	3	SC	REAL	FOB	39,57	404
								DÓLAR
								94.937
								REAL
								100.239

- (i) Os volumes de 33 toneladas de algodão em pluma da safra 18/2019 e 5.820 da safra 19/2020, devido ao atraso logístico por parte do cliente, serão embarcados no decorrer do próximo trimestre, estes contratos possuem pagamento antecipado de 90% do volume, dessa forma não resultam em prejuízo financeiro.
- (ii) O volume de 68.194 toneladas de Soja em grãos não foi embarcado no primeiro trimestre de 2021 devido a atrasos no processo de colheita, a previsão de embarque deste volume é para o próximo trimestre.

Notas Explicativas

30 Cobertura de seguros (Consolidado)

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido (não revisado). Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

	Valor segurado
Responsabilidade civil	92.716
Riscos diversos - Imobilizado	489.339
	582.055

31 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento agrícola como o único segmento operacional e explora as atividades agrícolas com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, baseando-se nos relatórios utilizados pela Diretoria Executiva da Companhia e pelo Conselho de Administração, os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas. As metas e avaliações de desempenho são definidas e acompanhadas considerando o segmento como um todo.

O segmento agrícola abrange, principalmente, a produção e comercialização de soja, milho e algodão cujas atividades consistem basicamente em: cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização e beneficiamento de algodão em caroço.

A Companhia apresenta a receita líquida de vendas e serviços obtida na comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo, como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Mercado Interno	80.170	130.578
Mercado Externo	328.606	220.186
Receita líquida de vendas e serviços	408.776	350.764

A receita líquida de vendas, por segmento geográfico, elaboradas de acordo com o país de destino da receita, são assim representadas:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Brasil	63%	71%
Europa	18%	22%
Ásia	10%	6%
América do Norte	9%	1%
Total	100%	100%

Notas Explicativas

O detalhamento da receita líquida de vendas por produto é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Soja	166.122	219.404
Milho	25.516	22
Algodão em pluma	211.278	119.438
Caroço de algodão	15	3.349
Revenda de produtos	5.845	8.551
Receita líquida de vendas e serviços	<u>408.776</u>	<u>350.764</u>

Os principais clientes da Companhia que individualmente representaram 10% ou mais das receitas totais são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Bunge Alimentos S.A.	16%	27%
ADM do Brasil Ltda.	12%	14%
Cargill Commodities Trading S.R.L.	9%	14%

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Terra Santa Agro S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Terra Santa Agro S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às informações contábeis intermediárias, a qual descreve que, a Companhia está em processo de reorganização societária com o objetivo de venda da sua operação agrícola. As terras e as benfeitorias localizadas nessas terras serão segregadas da operação agrícola e não serão objeto dessa transação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de maio de 2021

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da Terra Santa Agro S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.799.312/0001-20, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com formulário de informações trimestrais – ITR de 31 de março de 2021, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 17 de maio de 2021.

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Diretor Presidente

Alexandre Segadilha Adler
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Lambrecht
Diretor Administrativo

Márcio José Ferreira
Diretor Operacional

Paulemar Barros
Diretor Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da Terra Santa Agro S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.799.312/0001-20, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PwC Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com formulário de informações trimestrais – ITR de 31 de março de 2021, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 17 de maio de 2021.

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Diretor Presidente

Alexandre Segadilha Adler
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Lambrecht
Diretor Administrativo

Márcio José Ferreira
Diretor Operacional

Paulemar Barros
Diretor Comercial